



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 150

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 07 de setembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Humberto Melo)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Saudação pelos 25 anos da Fábrica de Queijadas da Graciosa.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (PS), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos de existência da Fábrica de Queijadas da Vila da Praia da Graciosa.**

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação ao Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense pela comemoração dos seus 50 Anos.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*);

- **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela celebração das bodas de prata do Grupo de Folclore dos Rosais.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação pela passagem dos 25 Anos da Tuna “Sons do Mar”, da Universidade dos Açores.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*) e de ter pedido a palavra para intervir o Sr. Deputado Renato Cordeiro (*PSD*);

- **Voto de Congratulação aos bombeiros açorianos enviados para a Região Autónoma da Madeira aquando dos incêndios que recentemente assolaram aquele arquipélago.**

Apresentado pela Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Protesto contra a qualidade do serviço que a SATA Internacional/Azores Airlines está pelo segundo ano consecutivo a**

realizar nas ligações da Horta com Lisboa, pelos prejuízos irreparáveis que isso provoca no turismo, na economia em geral e na imagem que dos Açores levam aqueles que nos visitam.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação, o mesmo foi rejeitado por maioria.

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida passou-se para a apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 160/X – “Criação de Comissão Científica para a elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Contente (*PS*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Após a aprovação por maioria, pediram a palavra para fazer declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Luís Garcia (*PSD*).

Findo este ponto, iniciou-se a discussão sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 75/X – “Aprova o Regime jurídico da Responsabilidade Técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física \(Fitness\), designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde \(Health Clubs\), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores”](#).

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), pediram a palavra para intervir no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Cláudio Almeida (*PSD*), José Ávila (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 51 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 13 minutos)

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes
Deputados/as:*

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Letícia Maria Dias Lourenço Vieira

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP.

Vamos começar com os votos como é habitual.

(Após a chamada, o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Vamos então começar com os votos, como dizia.

O primeiro é um voto de saudação apresentado pelo PS referente aos 25 anos da Fábrica de Queijadas da Graciosa.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25 Anos da Fábrica Queijadas da Graciosa

As Queijadas da Graciosa, da fabricante Maria de Jesus dos Santos Bettencourt Félix, são um produto alimentar regional, de fabrico caseiro considerado um doce típico e, atualmente, uma das imagens de marca da ilha Graciosa.

Inicialmente, este produto, era conhecido localmente por “covilhete de leite” um doce que qualquer família graciosense não dispensava na sua mesa em ocasiões especiais.

Maria de Jesus Félix, fundadora da pastelaria Queijadas da Graciosa, começou a trabalhar aos 14 anos em casa de uma prima, que confeccionava doces para casamentos, batizados e coroações. Mais tarde, já na década de 80, por sua iniciativa começou a fazer “covilhetes de leite” em sua casa para vender num café da família, em Santa Cruz da Graciosa.

Com o aumento da procura, resolveu criar um espaço próprio para o fabrico deste doce. Começou por construir uma grande cozinha atrás de casa, que mais tarde se revelou pequena demais. A procura era tanta, que surgiu a necessidade de ampliar o espaço físico da confeção desta iguaria. Em 1991 candidatou-se a um apoio do Governo Regional para desenvolver um projeto para a sua unidade fabril. Passados alguns meses, e já com a sua nova fábrica em funcionamento, a qualidade do seu

produto já era reconhecida para além das fronteiras da ilha Graciosa, ganhando uma dimensão regional e nacional.

Poucos anos depois da criação da fábrica, surge nova necessidade de ampliação das suas instalações. As obras ficaram concluídas no ano de 2000, ano em que as “covilhetes de leite” passam a designar-se, definitivamente, Queijadas da Graciosa, por iniciativa da sua produtora.

Em 2003, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial atribuiu a Maria de Jesus dos Santos Bettencourt Félix o registo da marca Queijadas da Graciosa.

O Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores certificou a produção como “Unidade Produtiva Artesanal Reconhecida”, tendo confirmado este doce típico como “Produto de Origem e Qualidade Certificada”.

Em março de 2015, este produto recebeu o Selo da Marca “AÇORES - Certificado pela Natureza”, tendo sido o primeiro produto da Região a receber esta prestigiada certificação, feito que honrou, em particular os seus proprietários e os graciosenses em geral.

A marca “AÇORES – Certificado pela Natureza” criada pelo atual Governo Regional dos Açores, assume-se como uma marca territorial de referência, que identifica a oferta dos Açores e a singularidade dos seus recursos endógenos, originários de uma Região de elevada sustentabilidade ambiental.

Atualmente a Fábrica Queijadas da Graciosa conta com 7 colaboradores e confeciona vários tipos de doces e biscoitos regionais, de acordo com os padrões da doçaria tradicional graciosense, com produtos naturais da Região. Além das queijadas, a pastelaria confeciona outros doces típicos da ilha, nomeadamente os Pastéis de Arroz, as Amélias da Graciosa, as

Queijadas de Coco, Capuchas, Carcavelos, Lavradores, Saborosas, Freirinhas, Sonhos de Limão, Espigas de Milho, Biscoitos de Manteiga, Sonhos de Canela, Graciosos de Chocolate e Rosquilhas Secas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de setembro de 2016, emita o seguinte voto de saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a Fábrica Queijadas da Graciosa pela comemoração dos seus 25 anos de existência. Esta saudação é extensiva aos seus proprietários, família e colaboradores.”

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos proprietários da Fábrica Queijadas da Graciosa, à Junta de Freguesia de São Mateus, à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, Ricardo Ramalho, José Ávila, Berto Messais e Francisco César

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também sobre os 25 anos da Fábrica de Queijadas da Graciosa. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários, Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A pastelaria “Queijadas da Graciosa” foi fundada há 25 anos por Maria de Jesus dos Santos Bettencourt Félix.

Esta senhora começou a trabalhar aos catorze anos em casa de um familiar que fazia doces para casamentos e coroações. Em 1980 começou a fazer doces na sua própria casa, principalmente as famosas covilhetes de leite, hoje conhecidas por “queijadas da Graciosa”.

Como as vendas começaram a aumentar, resolveu, juntamente com o marido, criar um espaço próprio para o fabrico deste doce. No princípio e porque as pessoas eram poucas, era ajudada por familiares, em dias de mais trabalho.

Com o passar dos anos, a pastelaria foi-se tornando pequena para acolher tanta encomenda. Por isso, resolveu fazer um projeto para a ampliação da pastelaria, que foi concluído no ano 2000. Foi nessa data que as queijadas da Graciosa ficaram classificadas como marca registada.

No ano 2003, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial atribuiu a Maria de Jesus dos Santos Bettencourt Félix o registo da marca “Queijadas da Graciosa”.

Entretanto, o Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores certificou a produção como “Unidade Produtiva Artesanal Reconhecida”,

tendo reconhecido as Queijadas da Graciosa como “Produto de Origem e Qualidade Certificada”.

Em março de 2015, as Queijadas da Graciosa receberam o Selo da Marca AÇORES – Certificado pela Natureza”, tendo este sido o primeiro certificado emitido pela Região.

Atualmente, estas queijadas estão representadas em todas as ilhas dos Açores, Madeira e continente português, bem como nos Estados Unidos da América e no Canadá.

As Queijadas da Graciosa são um doce produzido na “Reserva da Biosfera da Graciosa”, ilha que foi integrada na Rede Mundial de Reservas de Biosfera da UNESCO.

A pastelaria produz, além das Queijadas da Graciosa, outros doces e biscoitos regionais de acordo com os padrões da doçaria tradicional açoriana e com produtos próprios da Região.

As Queijadas da Graciosa são hoje um dos grandes símbolos da ilha e em pleno verão a produção diária pode ultrapassar as três mil unidades.

Maria de Jesus Félix, proprietária da fábrica das queijadas, faleceu em 2014, mas o seu negócio familiar foi prosseguido pela sua filha Sara Félix e continua hoje sendo uma empresa de sucesso.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a Fábrica de Queijadas da Vila da Praia da Graciosa pelos 25 anos da sua existência e felicita todos os responsáveis e colaboradores pelo trabalho que desempenham diariamente em prol desta emblemática atividade empresarial.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à família Félix, à Junta de Freguesia de São Mateus, à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, 07 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, António Marinho, Valdemiro Vasconcelos, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo de voto de saudação refere-se ao 50.º aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

50.º Aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense

O Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense foi fundado em 16 de julho de 1966, na Sociedade Recreio dos Artistas, da cidade de Angra do Heroísmo.

Celebrou, recentemente, 50 anos a cantar e a dançar com base numa ideia original da poetisa Maria Francisca Bettencourt, conhecida como Maria do Céu, e do músico Henrique Borba.

Em 1979 torna-se um grupo autónomo, e desde a sua fundação, prima por introduzir algumas mudanças no folclore que, até então, se fazia e cujas marcas estão nos cantares e coreografias.

A par destas alterações o Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense, em 1981, passa a usar trajes mais representativos dos estratos sociais do século XVIII e meados do século XX.

A 14 de outubro de 1986 o Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense constitui-se como associação, através de escritura pública assinada no Cartório Notarial de Angra do Heroísmo.

O Grupo é constituído, atualmente, por 12 pares de bailadores, três cantadores, cinco cantadeiras, cinco tocadores de “viola-da-terra” e cinco tocadores de “violão”.

Para além de ser um Grupo estável, um dos objetivos é captar e comprometer mais jovens que se interessem pelo folclore.

Ao longo da sua história, este Grupo gravou quatro discos de curta duração e um de longa duração, em vinil, e um CD com o título “Festa Redonda”.

Participou na rádio, na televisão e no filme “Adeus Pai”, de Luís Filipe Rocha, esteve presente em mais de uma centena de festivais de folclore na Região e no Continente, e já fizeram atuações em Espanha, França, Brasil, Canadá e Estados Unidos da América.

Dos eventos próprios do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense destacamos a “Escola de violas”, os “Dia do Bodo” e “Noite da Alcatra”, eventos com a periodicidade bienal e alternadamente e o cortejo

etnográfico sob o tema “O Espírito Santo”, para além dos vários eventos gastronómicos.

O Grupo é uma Instituição de Utilidade Pública reconhecida e declarada pelo Governo Regional dos Açores.

Em 2006, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Cultural, e na cerimónia dos 482 anos da Cidade, no passado dia 21 de agosto atribuiu um Voto de Louvor, tendo em consideração o relevante papel cultural desenvolvido por este Grupo.

O Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense é o mais antigo grupo de folclore em atividade na ilha Terceira.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em setembro de 2016, a aprovação deste Voto de Saudação ao Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense pela comemoração dos seus 50 Anos.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à Direção do Grupo, ao Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura e à Direção Regional da Cultura.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, Domingos Cunha, Berto Messias, Francisco Coelho, António Parreira e Letícia Vieira

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se também ao 50.º aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira pelo PSD.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50º Aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense

Folclore é sinónimo de cultura popular e representa a identidade social de uma comunidade, através das suas criações culturais, coletivas ou individuais e é também uma parte essencial na cultura de cada região, declarou a UNESCO.

No entanto, e embora enraizado em tradições, não se trata de um conhecimento cristalizado, mas sim um saber passível de ser transformado.

Assim, foi criado o Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense numa absoluta rotura com todos os condicionalismos existentes, não pretendendo alterar costumes impostos por uma tradição secular, mas, tão

só, dar uma interpretação coreográfica mais viva ao folclore terceirense, despertando, com isso, o interesse e simpatia dos jovens.

Fundado em Angra do Heroísmo, na Sociedade Recreio dos Artistas, aparece pela primeira vez em público a 16 de julho de 1966, na comemoração do 89.º aniversário daquela instituição, com base numa ideia original do músico Henrique Borba, materializada pela poetisa Maria do Céu.

As roupas estilizadas, um ritmo mais animado e uma atitude diferente entusiasmaram os jovens da Terceira, convidando-os a aderir ao grupo.

Permaneceu ligado à Recreio dos Artistas durante treze anos, atuando em todas as freguesias rurais da ilha Terceira, em clubes e sociedades de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, a bordo dos paquetes “Funchal” e “Angra do Heroísmo” quando estes fundeavam a baía de Angra do Heroísmo e animando as noites dos clubes dos destacamentos norte americanos e portugueses num período de grande atividade da Base das Lajes.

Em 1979 torna-se autónomo. Em 1981 troca de roupa, despindo as roupas estilizadas que usara até então e vestindo uma indumentária representativa do trajar das várias camadas sociais do século XVIII a meados do século XX. E, em 1986 constitui-se como associação.

Participou em mais de uma centena de festivais nacionais e internacionais, representou o nosso país em importantes festivais em Portugal e no estrangeiro e atuou para os nossos emigrantes na diáspora. Editou quatro discos em vinil e um CD, participou em programas de rádio, televisão e, no cinema, participou no filme “Adeus Pai” de Luís Filipe Rocha.

É sócio efetivo da Federação do Folclore Português e do INATEL e colabora com o COFIT desde a sua primeira edição.

O trabalho e a perseverança de todos quantos ao longo destes 50 anos por lá passaram, ao qual ficará para sempre associado o nome de Manuel Brito de Azevedo, cofundador do grupo e seu membro ativo até à presente data, permitiram concretizar os objetivos traçados e ser, atualmente, o mais antigo grupo em atividade na Terceira e uma referência no panorama do folclore.

Foi-lhe atribuído, pelo Governo Regional, o estatuto de utilidade pública; pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Medalha de Prata de Mérito Cultural; foi, também, homenageado pela Junta de Freguesia de S. Bento; pelo COFIT, no seu 30.º aniversário, pelos serviços prestados à causa do folclore e foi distinguido e entronizado como Confrade de Mérito pela Confraria do Vinho Verde dos Biscoitos pelo seu contributo em prol do enriquecimento cultural e recreativo da Região Autónoma dos Açores.

Mantém em funcionamento, desde 1996, uma escola de Viola da Terra e de Violão e realiza eventos próprios, como “A ver se o Menino Mija” durante a quadra natalícia e a “Festa da Vinha e do Vinho dos Biscoitos” por altura das vindimas, ambos a completarem vinte e cinco anos.

Felicitemos o Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense pela comemoração das suas Bodas de Ouro e desejamos que continue firme no seu propósito de valorizar e divulgar as artes, culturas tradicionais e usos populares, contribuindo para a transmissão das nossas tradições e raízes culturais às novas gerações.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelo 50.º Aniversário do Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense e que, do mesmo, seja dado conhecimento à sua direção.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, António Marinho, Judite Parreira, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo e Luís Garcia

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se às bodas ...

Sr. Deputado Berto Messias, peço desculpa. Pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 10 minutos.

Eram 10 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 19 minutos.

O próximo voto de congratulação refere-se às bodas de prata do Grupo Folclórico dos Rosais. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bodas de Prata do Grupo de Folclore dos Rosais

O Grupo de Folclore dos Rosais, fundado por Júlio Faial, Maria Rosário Ávila, Vital Nunes, Maria Margarida Nunes, Sónia Nunes, Odília Nunes, Maria de Fátima Cunha, José Lopes da Cunha, Maria de Fátima Santos, Maria Ilda Matos, Luís Machado, Rosa Faustino, Trajano Leal, Norberto Casimiro, Maria Balbina Casimiro, Jorge Cardoso, Maria Nélia Barbosa, Maria da Boa Hora Silveira, Manuel Silveira, Maria Gorete Oliveira, Hermínia Maria Sousa, Sérgio Blayer, celebrou no passado dia 4 de agosto, 25 anos de vida dedicados ao serviço da cultura e da comunidade jorgense, promovendo os usos e costumes da sua freguesia, e preservando as suas tradições de folclore.

Fundado com o intuito de reavivar a cultura jorgense, o grupo efetuou uma recolha das modas e cantares regionais, bem como dos trajes característicos da sua freguesia e da ilha, destacando-se o traje da “Mordoma do Espírito Santo”, o do “Cavaleiro do Espírito Santo”, e o “Traje Domingueiro”, bem como de vários trajes de trabalho, e dos de ir à

missa e às festividades, como também dos utensílios de trabalho característicos.

O Grupo de Folclore dos Rosais conta com cerca de 50 membros, que interpretam várias modas, comuns a todas as ilhas do arquipélago, diferenciando-se pela melodia, ritmo, quadras e passagens no bailar, destacando-se a Saudade, e a Chamarrita do Torreão, ao som de instrumentos como o bandolim, a viola da terra, o violão, e o violino.

Ao longo dos últimos 25 anos o grupo já percorreu quase todas as ilhas dos Açores, já participou em vários festivais de folclore nacionais e internacionais, promovendo a sua freguesia dos Rosais e a sua Ilha de São Jorge, não só na Região Autónoma dos Açores, contribuindo para a promoção externa dos Açores e de São Jorge.

São 25 anos de história que enchem de orgulho todos os seus membros, os Rosalenses e todos os jorgenses, pela qualidade do trabalho desenvolvido e pela dedicação colocada ao longo dos anos na reprodução das tradições e da cultura jorgense.

Na sessão solene comemorativa dos 25 anos do grupo foram homenageados os membros fundadores, todos os presidentes da Casa do Povo de Rosais dos últimos 25 anos, João Silveira Cardoso (a título póstumo), Manuel Fernando Pires, Manuel Fernando Lopes Ávila e Gil António Bettencourt Ávila, e ainda os mandadores do grupo desde a sua formação, Manuel Ilídio Nunes Silveira, João Carlos Couto Ribeiro, Vítor Valério Ávila, André Filipe Galego Ataíde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a atual direção e membros do Grupo se sintam sempre motivados pelo passado do seu grupo, e que encontrem sempre a vontade de continuarem este legado na

preservação das tradições, na valorização e no desenvolvimento cultural da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 7 de setembro de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Grupo de Folclore dos Rosais ter celebrado as suas bodas de prata no dia 4 de agosto de 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os membros, tocadores, mandadores, dirigentes e sócios que ao longo destes últimos 25 anos dedicaram o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol da sua coletividade, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Grupo de Folclore dos Rosais e à Assembleia Municipal de Velas.

Disse.

Horta, 7 de setembro de 2016.

Os Deputados Regionais, André Rodrigues, Berto Messias, Paula Bettencourt e Arlinda Nunes

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação refere-se aos 25 anos da Tuna Académica Sons do Mar da Universidade dos Açores.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25 Anos da Tuna Académica Sons do Mar da Universidade dos Açores

As Tunas Universitárias são agrupamentos de estudantes que se constituem no meio estudantil universitário.

Têm, por norma, um reportório variado, de adaptações de temas, de música popular e de originais próprios.

Envergam o traje académico da Universidade que representam e utilizam instrumentos de cordas, de sopro, acordeões e de percussão.

Com o lema “Uma vez tuno, para sempre tunante”, a Tuna Académica Sons do Mar, da Universidade dos Açores, mais vulgarmente conhecida por “Sons do Mar”, é uma tuna mista, que ao longo do seu percurso como tuna, participou em diversos festivais e realizou digressões por todas as ilhas da Região, à Madeira e a várias regiões do continente.

A Tuna Sons do Mar foi fundada em fevereiro de 1991, sendo a mais antiga tuna da Universidade dos Açores, que, como tal, apadrinhou o aparecimento de nova tuna masculina “T.U.S.A.” - *Tuna Universitas Scientiarium Agrarium*, em outubro de 2002.

Os 25 anos de atividade da Tuna Sons do Mar abrangeram várias gerações de estudantes, que começou por ser um grupo de cantares regionais e populares, utilizando vários trajes até adotar o traje académico universitário.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida na sua sessão plenária de setembro de 2016, a aprovação de um Voto de Saudação pela passagem dos 25 Anos da Tuna “Sons do Mar”, da Universidade dos Açores.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Direção da Tuna, ao Magnífico Reitor da Universidade dos Açores e à Associação de Estudantes.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, Domingos Cunha, Berto Messias, António Parreira, Francisco Coelho e Letícia Vieira

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, as tunas universitárias para além de terem a responsabilidade de guardarem, manterem e divulgarem a tradição académica de um polo universitário, têm também uma grande característica que é de receber aqueles que um dia saem dos seus lares, da sua casa. Permitam-me em modo muito particular senti isso com a Tuna Académica Sons do Mar, porque fui seu elemento e até seu presidente.

Muitas vezes esquecida pelo facto de ser a tuna mais antiga em atividade da Universidade dos Açores. Também por nós não foi esquecido e a tempo, no mês de março, a 16 de março, apresentámos um voto com o mesmo teor.

Na altura ainda sentia-se o calor das velas dos festejos. Agora acho que já nem as velas existem, mas de qualquer forma associamo-nos a este voto desejando motivação e bastantes felicidades e continuação à tuna.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é aos Bombeiros Voluntários dos Açores que partiram para a Madeira para prestarem apoio no combate aos incêndios que assolaram aquele arquipélago no passado mês de agosto.

É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos Bombeiros Voluntários dos Açores que partiram para a Madeira para prestarem apoio no combate aos incêndios que assolaram aquele Arquipélago no passado mês de agosto

"Eu aprendi que a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo", disse Nelson Mandela.

Deputados José Ávila, Ricardo Cabral (PS) e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: No passado mês de agosto, a ilha da Madeira foi violentamente fustigada por vários incêndios que afetaram sobretudo o Concelho do Funchal, onde pereceram vidas, advieram feridos graves e resultaram centenas de desalojados e deslocados, bem como prejuízos avultados em bens públicos e privados.

Perante esta catástrofe, o Governo Regional dos Açores manifestou prontamente a sua solidariedade e disponibilidade para prestar o auxílio que fosse entendido necessário ou adequado pelo Governo Regional da Madeira. Neste sentido, o Presidente do Governo dos Açores decidiu, a 10 de agosto, enviar para a Madeira um total de 30 bombeiros das associações das ilhas de São Miguel e Terceira, bem como um inspetor do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

A esta iniciativa do Governo Regional, os bombeiros responderam com a prontidão que todos lhes reconhecemos e partiram rumo àquele arquipélago, coordenados pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Divididos em cinco equipas de seis elementos cada, trabalharam em articulação com a estrutura de comando da Proteção Civil madeirense.

Estes homens e mulheres extraordinários, capazes de dar a sua vida para salvar outras vidas, não esperando nada em troca, que tiveram como missão orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção e socorro à população, desempenharam no terreno, de forma coordenada e eficaz, um trabalho louvável com competência, diligência e zelo no combate às chamas e na segurança de pessoas e bens, merecendo os maiores louvores e agradecimentos por parte da Região Autónoma da Madeira, da Câmara Municipal do Funchal e dos madeirenses em geral.

Assim, esta Assembleia congratula os bombeiros açorianos que foram enviados para a Madeira em agosto deste ano para prestarem apoio no combate aos incêndios que afetaram uma vasta área daquela ilha, bem como socorro e proteção da população.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação aos bombeiros açorianos enviados para a Região Autónoma da Madeira aquando dos incêndios que recentemente assolaram aquele arquipélago.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Secretaria Regional da Saúde, às Associações de Bombeiros das ilhas de São Miguel e Terceira, à Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Muito obrigada.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, Benilde Oliveira, Berto Messias, Pedro Moura e Graça Silva

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade que o PSD se associa a este voto de congratulação pela prontidão com que os bombeiros dos Açores tiveram em relação à solidariedade prestada à Madeira e com pesar obviamente à destruição que se verificou na ilha da Madeira, mas a melhor forma de homenagear os bombeiros do Açores não é com votos de congratulação. É com a dotação de mais e melhores meios operacionais para as suas associações.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Meios operacionais! E uma coisa substitui a outra!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Haja vergonha na cara! Isso é muito deselegante!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é só campanha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Por outro lado, a dignificação das carreiras do bombeiro deve ser feita e deve ir ao encontro da melhoria das suas condições de trabalho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor vai ter que contratar um bombeiro para apagar esse fogo!

O Orador: Por isso, o PSD em 2014 apresentou um Projeto de Decreto Legislativo Regional para trilhar este caminho.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se limitar à questão do voto.

Naturalmente não vai relembrar aqui debates passados, Sr. Deputado.

O Orador: Finalmente, o Partido Socialista deve também reconhecer e fomentar o voluntariado de todos os bombeiros, das centenas de bombeiros do Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã é um voto de protesto apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE PROTESTO

A operação da SATA Internacional/Azores Airlines no Aeroporto da Horta vem-se revelando, pelo segundo ano consecutivo, sobretudo durante o Verão IATA, um verdadeiro tormento.

Para além das vezes em que as condições meteorológicas concretas e objetivas impediram a operação e obrigaram, naturalmente, a cancelamentos ou divergências, juntam-se outras, excessivamente frequentes, de cancelamentos e ou divergências em que a Companhia invocou fundamentos incompreensíveis e desconformes com a realidade.

Deputado André Bradford (PS): Fala o engenheiro aeronáutico!

Deputada Catarina Moniz Furtada (PS): Os da TAP é que eram bons!

O Orador: Entre os vários casos verificados, lembremos o voo da SATA Internacional que era suposto ter aterrado na Horta às 16h40 do dia 17 de agosto e que foi obrigado a divergir para a ilha Terceira devido à baixa visibilidade na Horta. Mesmo depois de terem melhorado as condições atmosféricas que impediram a operação, e depois de cerca de sete horas consecutivas estacionado na Terceira, o avião voltou a Lisboa sem vir à Horta, quando possuía as condições meteorológicas para o fazer.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Diz V. Exa.!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Diz o especialista em aviação!

O Orador: Como se isso não bastasse, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... a SATA prestou um péssimo serviço ao Turismo dos Açores, pela forma como “abandonou” à sua sorte os passageiros que vinham para a Horta ...

Deputado André Rodrigues (PS): Quem abandonou foi a TAP!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A SATA prestou um péssimo serviço ao Turismo dos Açores, pela forma como “abandonou” à sua sorte os passageiros que vinham para a Horta nos aeroportos por onde andaram, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... sem informação e quase sem acompanhamento.

Ou lembremos ainda, por exemplo, o voo da SATA Internacional que era suposto ter chegado à Horta no dia 05 de setembro às 16h40, e que foi adiado para as 19h30 e depois cancelado, enquanto os passageiros estiveram a aguardar dentro do avião 45 minutos, com a desculpa inicial de que havia congestionamento de tráfego ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! As condições meteorológicas já não eram desculpa!

O Orador: ... e depois invocando-se as condições meteorológicas nas ilhas do Faial e do Pico, facto que não era verdadeiro, atendendo ao METAR conhecido.

Em qualquer um desses casos, e em outros, a SATA Internacional dispôs de condições atmosféricas favoráveis para realizar os voos para o aeroporto da Horta depois do pôr do sol, mas não o fez, aparentemente porque os seus pilotos não estão certificados para esse efeito.

A SATA tem a obrigação de conhecer como ninguém as condicionantes especiais da meteorologia dos Açores e o facto de muitas vezes essas condicionantes serem de curta duração.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Pelos vistos o senhor conhece melhor!

Deputada Catarina Moniz Furtada (PS): A TAP é que é boa!

O Orador: Por isso, estranha-se que, na prática, a SATA Internacional, por comparação com a TAP, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah, já cá faltava a TAP!

O Orador: ... raramente aguarde melhorias em voo para proceder à tentativa de aterragem. E muito mais se estranha que a SATA Internacional, sendo detentora do exclusivo nas ligações diretas da Horta com Lisboa, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é detentora de exclusivo de nada!

O Orador: ... não tenha os seus pilotos certificados para a operação noturna neste Aeroporto.

As frequentes perturbações que pelo segundo ano consecutivo se verificam na operação da SATA Internacional no aeroporto da Horta aparentemente não interessam ao Governo Regional nem ao titular da pasta, se atendermos ao facto de que sobre este assunto nada disseram e nada fizeram, quando está em causa o bom nome dos Açores e a imagem que deles levam quem nos visita.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem o seguinte:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Contra as condições meteorológicas do Faial!

O Orador: ... contra a qualidade do serviço que a SATA Internacional/Azores Airlines está pelo segundo ano consecutivo a realizar nas ligações da Horta com Lisboa pelos prejuízos irreparáveis que isso provoca no Turismo, na Economia em geral e na imagem que dos Açores levam aqueles que nos visitam.

Mais se delibera dar conhecimento deste voto ao Presidente do Governo Regional dos Açores e ao Presidente da SATA.

Disse.

Horta e Sala das Sessões, 08 de setembro de 2016

Os Deputados Regionais, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Jorge Costa Pereira e Bruno Belo.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam apesar da Mesa já ter neste momento uma inscrição.

Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O PSD traz a este parlamento um voto de protesto contra o serviço prestado pela SATA, agora Azores Airlines, nas ligações de Lisboa para o Faial e do Faial para Lisboa.

Este voto não é um voto de protesto nem contra o Governo Regional, nem contra o Governo da República, nem contra o concessionário do aeroporto. É um voto de protesto contra a SATA. É um voto de protesto contra os seus trabalhadores que no ar e em terra dão o melhor de si para que a operação aérea decorra desde logo em segurança, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma “avionetezinha”!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... fator que deve ser a prioridade das prioridades nos transportes aéreos, mas também esses trabalhadores fazem-no para que a operação seja feita com a regularidade que todos nós gostaríamos que acontecesse.

O PSD oblitera nos considerandos deste voto alguns dados concretos sobre os quais também tem diretamente responsabilidade e outros, esses sim, poderiam contribuir para que a intermitência operacional da Azores Airlines nesta rota pudesse melhorar, como por certo todos o desejamos.

Vejamos: o PSD para além de nos considerandos se socorrer de dados parciais (pois as operações aéreas têm um conjunto muito mais alargado de condicionalismos do que apenas os dados do METAR, designadamente nesta rota), o PSD ignora-os talvez porque tem grandes responsabilidades em relação a dois fatores que, situando-se a montante deste problema, todos temos identificado e que o Faial tem sofrido.

O PSD ao invés de vir aqui, por exemplo, exigir que o representante do acionista, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um mail que lhe mandaram?

O Orador: ... o Governo Regional, instrua a SATA a ampliar e a adequar a sua frota a esta operação (existem, aliás, estudos que apontam para outro tipo de aeronave que possibilitaria, por exemplo, ao longo de todo o ano assegurar com um custo inferior a 134 € ligações a Lisboa de manhã e regresso ao fim do dia, com o aumento de frequências conforme a procura que como sabemos é variável ao longo do ano ou ainda resolver o défice de tripulações da Azores Airlines, designadamente para as

aeronaves A320, não!) opta, de forma populista, por um voto de protesto à transportadora aérea, por um voto de protesto aos seus trabalhadores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Divergiu para o Pico! Essa “Sata Internacional” divergiu para o Pico!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Pois é, pois é!

Vs. Exas. estão habituados a falar das coisas à tona da água, esquecendo-se daquilo que é importante e as responsabilidades que Vs. Exas. têm, em particular, até os deputados eleitos pelo Faial, são as seguintes: qual foi a posição do PSD sobre a privatização da ANA?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não faz parte do voto, Sra. Presidente! Sobre os bombeiros não se podia falar do passado, mas agora já se pode!

O Orador: Apoiou, privatizou.

Qual foi a posição do PSD sobre a privatização da TAP?

Apoiou, privatizou.

Mais! O PSD até nos poderia ter trazido aqui um voto de protesto, ou uma exigência relativamente ao Governo da República para obrigar o concessionário a cumprir aquilo que está no contrato de concessão, designadamente no capítulo da regulação técnica e que obriga o concessionário a construir, ou melhor, a garantir as condições de operacionalidade e de segurança que o aeroporto da Horta não tem.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O José Decq Mota se o está a ouvir já caiu da cadeira!

O Orador: Mas não! O PSD opta exatamente por vir fazer um voto de protesto à SATA e isto porque o PSD não sabe muito bem o que é que quer fazer do transporte aéreo na Região, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O PCP é que sabe! Venha daí a posição do PCP!

O Orador: ... não sabe muito bem o que quer, qual o papel da SATA e isso é lamentável para um partido que ainda tem esta dimensão de 20 deputados, que tem a produtividade ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Ainda, sim! Ainda!

... que todos nós conhecemos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Relativamente àquilo que a SATA de momento pode fazer já o está a fazer. Já integrou o projeto RISE, já tem pelo menos uma aeronave equipada com os instrumentos necessários ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Qual? Isso não é verdade! No dia 26 é que há a primeira reunião!

O Orador: ... baseados num princípio de geolocalização e que permite fazer a aproximação em condições de baixa visibilidade horizontal e vertical.

A questão é a seguinte ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou acabar.

... e para terminar: o que é que o PSD fez quando a TAP deixou cumprir ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mais do que o senhor fez!

Presidente: Sr. Deputado, já excedeu muito o seu tempo.

O Orador: ... um compromisso que foi assumido pelo vosso Governo da República de que continuaria a voar para o Faial e que de um dia para o outro abandonou esta rota e se não fosse a SATA o Faial tinha ficado um período de tempo sem ligações aéreas para Lisboa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Essa responsabilidade era uma responsabilidade ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... do Governo da República do PSD e do CDS-PP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Vs. Exas. lamentavelmente vêm aqui fazer um voto de protesto contra os trabalhadores da SATA, ...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem de terminar!

O Orador: ... contra a nossa companhia aérea pública.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Sra. Presidente!

(Diálogo entre os Deputados Luís Maurício e Berto Messias)

Presidente: Srs. Deputados, por favor, vamos criar as condições para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa fazer a sua intervenção.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Devo dizer em relação a este voto o seguinte: há opções políticas que se têm de fazer no âmbito daquele que é o trabalho parlamentar que é apresentado pelos diversos partidos.

Considero que quando existem movimentos cívicos que já têm protestos marcados, agendados, se lhe deve dar esse espaço, um espaço de intervenção que é um espaço de intervenção ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que junta gente quer do Partido Comunista, gente que é do PPM, gente que é do Bloco de Esquerda, do CDS, do PS ou aqueles que não têm nenhuma escolha partidária.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, considero que neste momento, a poucas horas do protesto que vai ser organizado e da audição que os diversos partidos vão conceder a este movimento, considero que mais uma vez aqui se trata de uma posição que acaba por asfixiar a sociedade civil ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... no sentido de instrumentalizar aquelas que são as suas queixas.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Há um tempo para a atividade partidária, mas quando a sociedade civil se está a movimentar, quando esta é uma iniciativa da

sociedade civil, deveríamos com certeza dar-lhe esse espaço de intervenção e não tentar instrumentalizar.

Esta é a minha opinião sobre este assunto, porque no caso do PPM, por exemplo, nós não podemos provocar uma interpelação parlamentar, porque já não temos, porque já esgotámos esse instrumento regimental, ou também não temos a oportunidade de provocar um debate de urgência, porque era isso que teríamos feito se tivéssemos essa oportunidade e penso que esse seria o comportamento correto.

Deputado Berto Messias (PS): Era isso que o PSD devia ter feito!

O Orador: Devo dizer em relação à matéria e à substância o seguinte: eu também tenho fortes suspeitas em relação ao que tem vindo a suceder em termos das ligações aéreas.

Evidentemente tenho fortes suspeitas que partilho com a população, mas há algo que eu devo aqui confessar. Sou de história, não tenho conhecimento suficiente sobre estas matérias do ponto de vista específico, ...

Deputado André Bradford (PS): Não me diga! O Sr. Deputado Luís Garcia explica-lhe!

O Orador: ... não tenho uma formação suficiente para poder de uma forma exata apontar responsabilidades.

O que é que eu defendo nesta matéria?

O que eu defendo no âmbito das operações aéreas e dos problemas que temos vindo a detetar e que têm vindo a revoltar a população, que também me levantam fortes suspeitas (volto a repetir: também me levantam fortes suspeitas sobre este tipo de comportamento), o que eu defendo é que seja feita uma investigação por uma entidade independente

no sentido de saber quem é que teve esta responsabilidade e se de facto essas suspeitas têm fundamentação técnica.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso nunca aconteceu, Paulo!

O Orador: É isso que eu vou propor: que se faça, que se aprove neste parlamento, assim que for possível, que venha a ser realizada uma investigação independente, por uma entidade independente em relação àquilo que está a suceder, porque de facto a ilha do Faial tem vindo a ser prejudicada por um conjunto de comportamentos e de ações que são altamente suspeitas, mas eu não posso basear o meu juízo político sem ter uma fundamentação técnica objetiva. Por isso é que eu acho que aqui deve existir uma investigação sobre esta matéria e no caso dessa investigação apurar que de facto os motivos que foram apresentados pela companhia não são motivos tecnicamente corretos, ou que até são falsos, devem ser apuradas as responsabilidades particulares e também as responsabilidades do ponto de vista político.

Este é, na minha perspetiva, o comportamento que se deve ter em relação a esta matéria, mas torno a repetir para terminar a minha intervenção que este é o momento dos movimentos de cidadania que não querem ser instrumentalizados, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que querem ter o seu espaço de intervenção e da parte do PPM nós respeitamos esse espaço de intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, porque não temos muito tempo, eu queria dizer o seguinte.

Estávamos à espera hoje de receber uma manifestação da sociedade civil sobre essa matéria.

Infelizmente em tempo eleitoral vale tudo e apresenta-se aqui, antecipando-se a essa reivindicação das pessoas, o PSD.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O PSD traz aqui um voto de protesto tal como o Sr. Deputado Aníbal Pires teve igual comportamento, exatamente aproveitando-se daquelas que são as iniciativas da sociedade civil que traziam as suas razões para nós depois ajuizarmos sobre isso.

Portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires e o PSD um voto laranja nessa matéria tal e qual um com o outro.

De resto, relativamente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que responsabilidade é que o Deputado Aníbal Pires tem sobre a agenda do PSD?

O Orador: Oh, Sra. Presidente! Ou manda calar o Sr. Deputado Aníbal Pires, porque o Sr. Deputado Aníbal Pires faz um aparte ou quer fazer uma intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça! Qual é o seu problema?

Presidente: Srs. Deputados, apelo à vossa moderação.

Srs. Deputados! Sr. Deputado Artur Lima faça o favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires naturalmente também tem agora, como fazendo parte do Governo da República, todas as oportunidades (e revertendo o processo de privatização da TAP para 50/50) de pôr novamente a TAP a voar para o Faial. É uma das

obrigações que o Sr. Deputado tem na República já que faz parte do PCP, que faz parte do Governo da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Porque é que o senhor quer a TAP a voar para os Açores e não quer a SATA?

O Orador: Relativamente aos argumentos do voto são um bocado falaciosos.

Todos os pilotos da SATA Internacional estão certificados para o voo noturno. Todos eles para o voo noturno, que é uma coisa.

Certificados para operar no aeroporto da Horta é outra coisa. Portanto, são duas coisas diferentes. O voto é impreciso nessa matéria.

De resto, acho que o voto devia ser um voto de protesto relativamente ao Governo e não propriamente à companhia aérea.

Com certeza que a companhia aérea segue as instruções do acionista e o acionista deu-lhe determinadas instruções. Por exemplo, era interessante ... Eu tenho aqui um requerimento assinado pelo Jorge Costa Pereira em que a SATA responde sobre o projeto de RISE anunciado (que é outro aproveitamento político, quando um grupo de cidadãos se vai manifestar, vem o Governo anunciar que afinal de contas já vai implementar, já tem um avião já certificado, etc.) na resposta dizia: “A SATA Internacional encontra-se a analisar os requisitos técnicos e financeiros exigidos e a documentação necessária pelo que nesta fase é prematuro antecipar qualquer decisão sobre a integração da empresa no consórcio do projeto RISE.”.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a data desse requerimento?

O Orador: Ouvimos ontem, foi dito e, portanto, eu acho que há que não culpar a companhia, mas neste caso o Governo Regional dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A companhia aérea SATA existe há 75 anos na nossa Região.

Deputado Bruno Belo (PSD): E a pista?

O Orador: É uma companhia que nunca abandonou os Açores, nem os açorianos.

É uma companhia que tem centenas de colaboradores que todos os dias dão o seu melhor para servir todos os que utilizam os seus serviços ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E a pista?

O Orador: ... e é uma companhia dos Açores que assegurou as Obrigações de Serviço Público e vou ir a esse assunto porque no voto do Partido Social Democrata, do PSD, claramente fazem comparação, ou querem fazer a comparação, entre o serviço que a TAP prestava e o serviço que a SATA neste momento presta.

É preciso referenciar aqui após o abandono escandaloso da TAP, uma companhia de bandeira que os senhores do PSD e do CDS-PP privatizaram na República, não esquecendo o compromisso assumido pelo Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, em manter o compromisso de concorrer às Obrigações de Serviço Público para os Açores no caderno de encargos de privatização da TAP, compromisso esse que não foi assumido após todo esse processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva o Costa!

O Orador: O PSD é efetivamente responsável pela privatização da TAP e não acautelou as Obrigações de Serviço Público, abandonando desta forma o Faial.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista considera que há situações a melhorar pela nossa companhia aérea. O PS sabe que a TAP no verão IATA tinha 14 ligações semanais à Horta e que a SATA no verão IATA passado assumiu 10 ligações e que no atual serviço público deste verão IATA assumiu 12 ligações. Também sabemos que continua a trabalhar para melhorar e otimizar o seu serviço.

Não está tudo feito. Claro que não está tudo feito, mas o que não podemos aceitar é este (e já foi aqui referenciado) aproveitamento lamentável do maior partido da oposição e com grandes responsabilidades políticas criticando as Obrigações de Serviço Público ou o aeroporto da Horta quando apoiaram um Governo que abandonou o Faial, quando retirou a TAP desta rota, utilizando argumentos de que havia um acordo entre as companhias que é falso ...

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que os senhores sabem melhor do que nós que é falso. O Partido Socialista não mistura a segurança das pessoas com política, nem julga a capacidade dos pilotos de uma companhia aérea que há 75 anos serve os Açores e que tem sido fundamental no desenvolvimento da nossa Região.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD não se conseguiu aguentar. Veio hoje de manhã apresentar aqui este voto de protesto contra a SATA e contra os seus colaboradores, ...

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... sabendo que hoje há uma manifestação de cidadãos junto ao nosso parlamento num ato de civismo que nós louvamos e que irão entregar um documento com preocupações e reivindicações a todos os líderes parlamentares.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores, aproveitando essa iniciativa, a partidária, tentam antecipar-se numa tentativa clara de retirar dividendos políticos em vésperas de eleições, mantendo também esta campanha de contrainformação onde vale tudo, até a segurança e o medo incutem às pessoas sabendo que os espaço aéreo europeu tem regras de segurança extremamente apertadas e que nenhum avião desloca de um destino para o outro senão estiverem reunidas todas as condições de segurança.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O PS que tanto os senhores criticam por estar ao lado dos Açores e que não se esconde atrás de demagogia e de perfis falsos é muito diferente desse PSD ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que é essa dos perfis falsos?

Deputado Bruno Belo (PSD): Concretize essa história dos perfis falsos!

O Orador: ... que esquece as suas responsabilidades políticas e que tudo move nessa campanha de contrainformação.

Muito há a fazer para melhorar este serviço e outros serviços também. Estamos convictos disso, mas não era com uma regressão de 30 anos de ligações aéreas, como o plano que os senhores apoiaram na privatização da TAP, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar.

... que iríamos ter essas melhorias. Eu assumo, neste parlamento, que não sou especialista em aviões, mas na política, Srs. Deputados, existe bom senso.

Deputadas Renata Correia Botelho e Benilde Oliveira(PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este voto de protesto do PSD tem de facto, do nosso ponto de vista, dois aspetos contraditórios: tem um aspeto negativo e tem um aspeto positivo.

O aspeto negativo na nossa avaliação é que ele é objetivamente um aproveitamento precipitado de um movimento cívico, cidadão, que logo à tarde, por volta das seis horas, todos e todas nós iremos receber presumivelmente das suas reivindicações, das suas contestações e, portanto, numa mobilização da sociedade civil legítima e muito bem-vinda na Região Autónoma dos Açores.

É de facto um aproveitamento! Disso ninguém tem dúvidas, nem o próprio PSD de certeza absoluta.

Mas também tem, quanto a nós, um aspeto positivo: é que obriga esta câmara à máxima coerência, ou seja, dito de outra maneira. Se nós logo vamos receber um conjunto que se presume vasto de cidadãos e de cidadãs, que vêm a esta Casa entregar uma carta, que de acordo com as

notícias que temos recebido, que protesta, é a objetivação de um protesto veemente pela forma como esta ilha tem sido do ponto de vista económico e social prejudicada por opções feitas pela administração da SATA.

É bom nós aqui enfatizarmos administração, é que administração, conselho de administração, é uma coisa e trabalhadores é outra coisa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está!

A Oradora: A prova de que não são a mesma coisa é que muitos trabalhadores e trabalhadoras da SATA protestam contra o conselho de administração.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebeu, Sr. Deputado Aníbal Pires?

A Oradora: Portanto, não vamos confundir as duas coisas. Primeira questão.

Pôr em causa decisões do conselho de administração da SATA, discutir as suas opções e desconfiar das suas intenções não é pôr em causa trabalhadores que obedecem a ordens sob pena de serem castigados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Primeira clarificação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É hipocrisia política!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora não sabe bem o que é que está a dizer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Segunda clarificação.

Quer dizer alguma, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já disse!

A Oradora: Então se já disse talvez fosse bom calar-se.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não, não calo-me!

A Oradora: Então calo-me eu.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Dizer ainda que em abono da verdade e na nossa avaliação, na avaliação do Bloco de Esquerda, se a companhia de bandeira açoriana SATA recebesse neste momento os milhões de euros que as companhias *low cost* estão a receber para prestarem o serviço que estão a prestar a esta Região, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver!

A Oradora: ... provavelmente o serviço prestado por esta empresa de bandeira não seria aquele que é e seria melhor, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Bem visto!

A Oradora: ... mas foram feitas opções políticas que também são discutíveis.

Relativamente ao conteúdo do voto na sua parte resolutiva o Bloco de Esquerda associa-se a todos aqueles e aquelas que nesta ilha do Faial protestam veemente contra a qualidade do serviço que a SATA Internacional, Azores Airlines, está pelo segundo ano consecutivo a realizar nas ligações da Horta com Lisboa, pelos prejuízos irreparáveis que isso provoca no turismo, ...

Deputado Francisco César (PS): O turismo está a crescer!

A Oradora: ... na economia em geral e na imagem que dos Açores levam aqueles que nos visitam.

E porque subscreve esta parte resolutiva, votará favoravelmente o voto de protesto do PSD, reafirmando que é sim senhor um aproveitamento político, mas tem razão naquilo que apresenta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Comandante Luís Garcia!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Houvesse tempo para essa discussão.

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu só lhe quero dizer uma coisa: coitados, por aquilo que o senhor fez, dos dirigentes do Partido Comunista do Faial.

O que eles têm dito nos Conselhos de Ilha, nos órgãos em que eles estão representados, o senhor hoje descredibilizou-os totalmente e tirou-lhes todos os argumentos que eles têm.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, o senhor não ouviu o que eu disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A segunda referência que eu queria fazer era relativamente à questão dos funcionários da SATA, porque os senhores se lessem o voto ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Como o Sr. Deputado Lúcio leu!

O Orador: ... como está escrito, é contra a qualidade do serviço e subscrevo totalmente o que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares sobre a questão dos funcionários da SATA. São os próprios funcionários da

SATA que se queixam, que têm de dar a cara perante um péssimo serviço que a SATA Internacional tem prestado nesta ilha.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não está em causa nem TAPs, nem abandonos da TAP, nem privatizações ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Ah, está, está!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores são culpados! Por muito que lhe custe ouvir, os senhores são culpados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, eu vou só recordar-lhe isto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Garcia possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Vou só recordar a esta câmara que foi apresentado aqui um voto de protesto quando a TAP saiu do Faial e que o PSD/Açores votou a favor deste voto. Portanto, neste processo nós temos total coerência e força para aqui apresentarmos este voto ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia!

O Orador: ... e apresentamos este voto porque o primeiro órgão da autonomia não pode ser insensível, não pode ser cego e surdo àquilo que se passa na ilha do Faial, porque aquilo que se passa é demasiado grave para esta Assembleia estar reunida nesta semana e não tomar uma posição firme contra o serviço e a má qualidade do serviço que aqui é prestado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor devia ter feito isso amanhã!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Vamos ver o que está verdadeiramente em causa neste voto.

Apenas e porque o tempo não permite mais dois testemunhos: “Também António Dantas perdeu um dia das suas férias por causa do cancelamento.

O turista visivelmente cansado declarou que passou a noite em claro comentando que quando chegámos a Lisboa deram-nos um *voucher* de 4€ o que no aeroporto dá muito jeito.

Entre os passageiros deste voo encontrava-se Renée Uni de 99 anos que veio” ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi a este nível que o PSD chegou!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia, Sr. Deputado, tem limites!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu agradeço que descontem este tempo, porque isto é impossível. É verdadeiramente impossível.

Presidente: Naturalmente que sim, Sr. Deputado, não se preocupe que a Mesa está atenta a esse facto e por isso também apelo aqui aos colegas deputados que possamos criar as condições para que o Sr. Deputado Luís Garcia possa concluir a sua intervenção.

O Orador: Vou continuar.

“Entre os passageiros deste voo encontrava-se Renée Uni de 99 anos que veio de França ao Faial conhecer a sua bisneta. A passageira referiu que dormiu no aeroporto sobre a sua mala e considerou a viagem um desastre, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é possível o senhor estar a fazer isso!

Deputado Bruno Belo (PSD): É triste! Envergonha-nos a todos nós!

O Orador: ... afirmando que as pessoas eram simpáticas, mas a organização era zero.”

É isto, Sras. e Srs. Deputados, que está em causa: a qualidade inaceitável, incompreensível que a SATA está a prestar aos interesses desta ilha e à imagem dos Açores.

É um fundamento para que este voto seja apresentado, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que seja justificado porque é que os cancelamentos neste período quase que duplicaram.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, deixem que vos diga que só há dois caminhos possíveis neste voto: aqueles que concordam que este comportamento da SATA, que estes procedimentos da SATA, que esta qualidade deste serviço está bem e deve continuar assim, esses Srs. Deputados que assim entendem, devem reprovar este voto; aqueles que em consciência e especialmente os eleitos por esta ilha sabem ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não convence ninguém com isso!

O Orador: ... que este serviço é inqualificável, que é obrigação do Governo Regional melhorar este serviço, que este serviço está a prejudicar imensamente esta ilha, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a imagem dos Açores, devem aprovar este voto. Eu fico com a minha consciência muito tranquila de o ter aqui apresentado e de, em defesa dos interesses desta ilha, aprovar este voto porque estou contra a qualidade e quero alterar essa situação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Vamos agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Eu peço aos líderes que se aproximem da Mesa, por favor.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o pedido de intervalo regimental naturalmente será concedido e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas com o Sr. Vice-Presidente Humberto Melo, uma vez que terei de me ausentar.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 14 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Humberto Melo, substituiu a Sra. Presidente na Mesa da ALRAA)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos com uma iniciativa legislativa, com o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia na Região Autónoma dos Açores”**.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS sempre teve uma grande preocupação com as listas de espera para cirurgia nos Açores.

Esta nossa preocupação já vem de há longo tempo e há muitos anos que apresentamos iniciativas nesta Casa, iniciativas com substância e iniciativas que são absolutamente fundamentadas.

Devo lembrar que já em 2009 o CDS tem uma iniciativa inovadora e cria o Vale Saúde através do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2009, criamos o Vale Saúde. Estávamos em 2009, portanto, há sete anos atrás, quando o CDS cria o Vale Saúde.

Porque já nessa altura tínhamos a noção que era necessário criar instrumentos que procedessem à redução de listas de espera. 2009, Vale Saúde, que teve a adesão que teve, não teve mais por outros motivos, mas foi um instrumento que de alguma maneira permitiu reduzir as listas de espera nos Açores, não para níveis aceitáveis e por isso mesmo em 2014 voltamos à carga, não sei antes termos proposto várias vezes verba aquando do Plano e Orçamento que foi aprovada em 2009, depois em 2010, para o reforço do Vale Saúde.

Curiosamente também achámos que tínhamos de dar mais um passo da avaliação que íamos fazendo para melhorar o acesso das pessoas à lista de espera cirúrgica e o Vale Saúde foi um instrumento muito importante, porque permitiu saber em que posição cada utente estava na lista e obrigava à publicação e publicitação no site da Direção Regional de Saúde para as pessoas poderem saber em que lugar estavam para não haver, digamos assim, uns a passarem à frente dos outros.

Depois, foi alargada à privada por iniciativa do Governo, depois houve uma resistenciuzinha em aplicar o Vale Saúde e fizemos uma proposta em 2014 que era um Projeto de Decreto Legislativo Regional para os tempos

máximos de resposta garantidos para cirurgia no Serviço Nacional de Saúde. Foi rejeitado esse Projeto de Decreto Legislativo Regional, mas, como se costuma dizer, era mais um contributo que nós demos com regras e não era apenas dinheiro para cima dos problemas que nos interessou pôr ao longo destes anos. Nós não nos limitamos a fazer propostas de dinheiro para cima dos problemas, mas sempre definindo regras de como se utilizaria o dinheiro, primeiro definindo os instrumentos e depois dotando os instrumentos da respetiva dotação financeira. Foi sempre essa a nossa preocupação: o Vale Saúde e os tempos máximos de espera garantidos na Região Autónoma dos Açores, tal e qual existia no continente.

Como diz o povo, à terceira parece que é de vez e estamos efetivamente satisfeitos por já em comissão ter sido aprovado o SIGICA pelo Partido Socialista e pelo CDS e que é um instrumento que também vai dar um grande contributo, melhora o Vale Saúde, altera um bocadinho as regras e acho que esclarece e clarifica muita coisa.

Portanto, o SIGICA tem por objetivos identificar prioridades e garantir um tempo máximo de espera para a realização de qualquer cirurgia no Serviço Regional de Saúde, otimizando a capacidade instalada, que isso é fundamental; envolver o utente de uma forma ativa no processo de formalização do consentimento para a realização da cirurgia; introduzir um maior controlo e maior transparência no processo de inscrição para cirurgia e garantir ao utente a realização da cirurgia num prazo adequado à sua patologia.

Portanto, há uma série de regras. O SIGICA depois é constituído por uma unidade central a funcionar na entidade gestora e por unidades periféricas responsáveis pela gestão da lista de inscritos para cirurgia junto de cada

hospital do Serviço Regional de Saúde, ou seja, é uma entidade que vai gerir isto e vai permitir operacionalizar todas estas listas cirúrgicas.

Além do mais é suportado por uma aplicação informática que funcionará na unidade central com recurso obrigatório às aplicações de suporte dos sistemas de informação do bloco operatório de cada hospital.

Portanto, há uma lista de inscritos para cirurgia e cada hospital deve obrigatoriamente inserir a proposta cirúrgica do utente no sistema de informação hospitalar no dia em que é identificada para a identificação da cirurgia, devendo definir a prioridade clínica do utente de acordo com os níveis de prioridade constantes da portaria que define os tempos máximos de resposta garantidos.

Portanto, eu acho que estamos aqui perante mais um instrumento melhorado no combate às listas de espera cirúrgicas que infelizmente são elevadas nos Açores. Infelizmente não nos podemos orgulhar das listas de espera que temos. Infelizmente! Por isso mesmo acho que o Partido Socialista ao aprovar esta iniciativa dá um grande sinal de querer mudar e de querer avançar para melhor e de efetivamente se querer melhorar um instrumento que já tínhamos e o CDS mais uma vez apresenta-se aqui como uma oposição que tem sido crítica na saúde, muito críticos temos sido. Não nos inibimos nunca de criticar, mas temos tido propositura e mais uma vez apresentamos aqui uma terceira proposta nesta matéria de combate às listas de espera. Primeiro o Vale Saúde, depois os tempos máximos de resposta garantidos e agora o SIGICA.

Portanto, temos tido propositura e desta vez julgo que beneficiarão todos os doentes que esperam há muito tempo por uma cirurgia com regras claras, com regras transparentes e o que se espera depois é que haja o devido financiamento para implementar este bom instrumento, eficaz e

sobretudo transparente que introduz eficácia e transparência no sistema e isso com certeza que vai trazer um grande melhoramento a quem está à espera há longo tempo por uma cirurgia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Apresentada que está a iniciativa, vamos então passar ao debate e para o efeito peço às Sras. e aos Srs. Deputados o favor de se inscreverem.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar propriamente este debate tinha uma pergunta a fazer naturalmente ao Sr. Secretário Regional da Saúde, porque Membro do Governo e suportado pela bancada que vai aprovar conjuntamente com o CDS esta iniciativa do CDS: se o sistema integrado de doentes para cirurgia já existia ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão do diploma.

Os Srs. Deputados fazem o favor de se inscrever, senão vamos passar à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Nós temos algumas dúvidas relativamente à eficácia desta medida que não será eventualmente a melhor para atingir o objetivo que se propõe: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então qual é?

O Orador: ... dotar os serviços públicos dos meios necessários para que as listas de espera para cirurgia desapareçam por completo.

Esse, sim, seria o caminho e não qualquer outro artifício, como por exemplo o Vale Saúde.

Mas eu de qualquer forma ainda antes de outro tipo de discussão gostaria de perceber, relativamente à proposta que é apresentada, designadamente o n.º 3 do artigo 6.º, que permite ao utente recusar a cirurgia no sistema público sem com isso perder o seu lugar na lista de espera ou o seu direito ao Vale Saúde, mas que no entanto não garante explicitamente o direito dos utentes de recusarem o Vale e permanecerem no sistema público, ainda que tenham que esperar mais, eu gostaria, não até pelo proponente, de ouvir o Sr. Secretário Regional acerca desta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Talvez respondendo de uma forma clara à interpelação que foi feita pelo Sr. Deputado Luís Maurício.

Existe sim uma tentativa de centralização do ponto de vista informático da Saudaçor dos sistemas de informação de todos os hospitais de forma a conseguirmos ter uma lista de espera conjunta. Como sabe esse instrumento nunca foi formalizado do ponto de vista legal e é para nós importante. É um instrumento que dado dados de alguma forma concretos. Agora não é um sistema que tenha sido imposto aos hospitais

para a gestão das próprias listas de espera cirúrgicas, porque necessita da devida formalização.

Pela experiência, pelos dados que nos têm sido transmitidos, é um sistema que nos parece de alguma forma positivo.

Não percebi muito concretamente a questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires ...

Desculpe, é o artigo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma questão de ler o articulado, ponto 3 do artigo 6.º!

O Orador: Eu vou aqui registar e já que tem mais perguntas irei respondendo no seu devido tempo.

Agora gostaria de tecer uma consideração relativamente àquilo que disse, nomeadamente que o ideal seria nós dotarmos os serviços públicos dos meios necessários para resolver a lista de espera.

Obviamente, Sr. Deputado, isso era o que todos nós queríamos. Isso seria a forma ideal de o fazer. Como sabe não o fazemos não é por falta de vontade executiva do Governo Regional dos Açores, mas sim por falta de recursos humanos.

Ainda hoje foi capa do *Jornal de Notícias* que num hospital em Trás os Montes 325 doentes que estavam em lista de espera cirúrgica ficaram sem conseguir ter a sua situação resolvida, porque a única médica que trabalhava no hospital resolveu trocar e ir para outro hospital.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi Passos Coelho?

O Orador: Isto são contingências que infelizmente acontecem não por culpa provavelmente dos governos executivos de agora, mas por culpa de governos executivos de há muitos anos atrás ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Logo vi! Passos Coelho!

O Orador: ... em que por via dos *numerus clausus* estritos que foram obtidos nas faculdades de medicina, hoje em dia passamos por um período em que o número de médicos no país foi um número extremamente diminuto.

Felizmente essa situação foi revertida só que, como todos nós sabemos, formar um médico leva cerca de 14 anos e por isso só a partir desta década é que se começará a sentir o efeito desta formação mais intensa de médicos e aí salvaguardar aquilo que disse, que eu acho muito bem, que acho que é o princípio que a todos nós deve assistir que é dotar os serviços públicos dos meios necessários para resolver estas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eis que passados dois anos e meio caiu a máscara ao Sr. Secretário Regional relativamente ao sistema integrado de doentes para cirurgia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Em janeiro, mais propriamente 23 janeiro de 2014, numa nota da *Lusa* (se os senhores assessores dos Srs. Membros do Governo, para facilitar, quiserem consultar o número de documento da *Lusa* é o 17208932), o líder do PSD, Dr. Duarte Freitas, a uma visita que fez ao Hospital de Ponta Delgada propunha uma solução integrada regional para as listas de espera cirúrgicas para uma visão de otimização de recursos e alertando que se nada fosse feito no final desse ano existiriam 10 mil doentes em espera para cirurgia. Essa solução integrada regional (continuo a citar a nota) seria uma solução que definiria, para além do registo dos doentes do ponto de vista informático, a definição de

prioridades consubstanciada posteriormente num programa adicional de produção cirúrgica.

Temos consciência de que não se resolve de um ano para o outro a situação, sobretudo face ao dramatismo dos números que já atingimos, mas a solução aqui estava, a solução integrada regional para as listas de espera, mediante uma gestão conjunta das listas de espera dos doentes para cirurgia dos três hospitais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: 23 de janeiro de 2014, nota da *Lusa*.

No dia 24 de janeiro de 2014 é publicitada uma nota do Partido Socialista dizendo que a proposta do PSD de redução das listas de espera para cirurgia é cópia do que o Governo já anunciou. Afirmou o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Ora, vimos agora a saber que isto não era verdade, era mentira.

Não existia registo nenhum integrado. O Sr. Secretário acabou agora de dizer que era necessária uma formalização do registo informático do ponto de vista legal. Isso não é verdade. Qualquer registo informático não precisa, para ser integrado e conter informação dos três hospitais de passar aqui por esta Casa, e, por conseguinte, aquilo que diziam que era uma cópia de uma proposta do PS, a proposta do PS não existia como se está aqui a verificar.

Os senhores só vieram a desenvolver mais tarde esse registo e agora (e bem!) numa iniciativa do CDS procuram utilizá-la.

Portanto, caiu-vos a máscara.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores a 23 de janeiro de 2014 mentiram aos açorianos. A nossa proposta era uma proposta original. Os senhores não tinham

proposta alguma para a gestão integrada das listas de espera nos três hospitais.

Posto isto e considerando naturalmente como já dissemos e já afirmámos aqui nesta Casa em outras circunstâncias de que o Vale Saúde é um instrumento útil e complementar a outros, tem sido, no entanto, ao longo dos tempos e desde 2009, na sua execução desrespeitado.

No seu articulado o projeto anterior, ou o decreto que se encontra em vigor do Vale Saúde, previa que até 15 de janeiro de cada ano esta câmara fosse informada dos relatórios de execução ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este também prevê!

O Orador: Este também prevê, só elimina aí uma ou outra coisinha.

Prevê que até 15 de janeiro de cada ano seja presente a esta Casa um relatório de execução do ano anterior para avaliar, cito, “do impacto da aplicação do Vale Saúde”.

Ora, isto nunca foi feito nesta Casa e se não fosse eu próprio, em nome do PSD, na Comissão de Assuntos Sociais a solicitar esses documentos não teria, nem esta câmara por via do documento enviado à comissão teria. Justificou o Sr. Secretário Regional que teria havido um lapso temporal na entrega desses documentos.

É verdade que houve um lapso temporal, Sr. Secretário, mas o lapso temporal foi de dois anos e meio relativamente a 2014 e de oito meses relativamente a 2015.

Portanto, o Vale Saúde ao longo da sua existência tem sido desrespeitado na sua aplicação, como têm sido também desrespeitadas outras componentes da gestão dos doentes em espera cirúrgica, nomeadamente a abolição que os senhores fizeram da inscrição dos doentes no *site* da Direção Regional de Saúde de modo a que cada um deles pudesse

consultar a sua ordem de inscrição. Isso desapareceu e está apenas lá inscrito, todos os meses, no dia 5 de cada mês é publicado, os valores acumulados da lista de espera em cada uma das especialidades cirúrgicas. O doente deixou de ter acesso ao seu posicionamento individual, desrespeitando também, Sr. Secretário Regional, uma legislação que o senhor próprio assinou, nomeadamente o Despacho Normativo n.º 4/2015, de 23 de janeiro de 2015, que dizia assim no seu ponto 4: “O sistema informático de alertas e notificações da Saudaço deve notificar mensalmente por serviço de mensagens curtas, SMS, os utentes que tenham os dados atualizados da sua ordem na lista de inscritos para cirurgia de acordo com o SIGLICA”, o tal sistema que já existia.

Portanto, isto não passa do papel. O senhor continua a não informar as pessoas, os utentes, do seu posicionamento relativo na lista de espera cirúrgicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Culpa do sistema!

O Orador: É só um despacho!

Mas o desrespeito continua porque apesar do senhor ter publicado a Portaria n.º 58/2015, de 6 de maio, que define os tempos máximos de resposta garantidos, eles continuam a não ser aplicados corretamente. As pessoas continuam a ser ultrapassadas nos tempos máximos que deveriam esperar para serem operadas e mais: naquilo que o senhor define no conteúdo do anexo 2 dessa Portaria como os direitos dos utentes no acesso aos cuidados de saúde, essa Portaria afirma no seu artigo 2.º, no tal anexo 2: «Direitos dos utentes à informação».

Alínea “c): Ser informado pela instituição prestadora de cuidados quando esta não tenha capacidade para dar resposta dentro dos tempos máximos de resposta garantidos aplicáveis à sua situação clínica, de que lhe é

assegurado serviço alternativo de qualidade comparável e no prazo adequado através da referenciação para outra entidade de Serviço Regional de Saúde ou para uma entidade do setor privado convencionado.”

Onde é que isto está, Sr. Secretário?

Para onde é que o senhor envia esses doentes?

Manda o Provedor do Utente dar-lhes uma resposta formal de três linhas que não significa nada.

Portanto, o senhor nas decisões que toma e o seu Governo são decisões que não passam do papel e continuam a não beneficiar as pessoas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que aqui está. Não fui eu que escrevi. Não foi o PSD que escreveu. Foi o Governo que publicou um despacho e uma portaria de V. Exa..

Portanto, continua a desrespeitar os direitos dos utentes, mas continua também porque nem os utentes têm a possibilidade de determinar o tempo em que estão à espera, porque quando são colocados em espera cirúrgica não lhes é dado um documento da data dessa inscrição.

Como é que os próprios podem avaliar se o seu tempo de espera em função da prioridade que lhe foi conferida foi ultrapassada ou não?

Portanto, de transparência os senhores no vosso procedimento não têm nada e não defendem em nada os interesses dos doentes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, Sr. Secretário Regional, queria também dizer-lhe por fim e ainda relativamente, e nesta minha primeira intervenção, ao relatório de execução do Vale Saúde de 2014, que consta como anexo ao relatório da comissão, diz assim: “No ano de 2014 [portanto, tivemos

conhecimento disto dois anos e meio e não a 15 de janeiro de 2015 como deveria ter sido, a vossa transparência passa por aí também] foram verificados os utentes em espera e verificou-se que no Hospital do Divino Espírito Santo era aquele que possuía o maior número de utentes em espera para além dos 18 meses.” Foi um conceito que o senhor defendeu durante muito tempo: quem esperava era só quem tivesse 18 meses e 1 dia de espera. Da data em que estava inscrito até aos 18 meses não esperava nada.

Salienta-se que esses dados estavam disponíveis no sistema informático de gestão de lista de inscritos para cirurgia nos Açores, portanto, ele já existia, e foram avaliar as especialidades onde as pessoas se encontravam mais tempo à espera e concluiu-se, cito, “que a maioria dos utentes do HDES aguardavam por uma intervenção cirúrgica nas especialidades de oftalmologia, ortopedia, sendo que a maioria dos utentes inscritos nessas especialidades aguardavam cirurgia para procedimentos de facoemulsificação [portanto, aspiração de cataratas], 196 utentes, e substituição total de anca, 164 utentes, respetivamente”.

Depois veja este requinte: “Nesse sentido, sendo a facoemulsificação e aspiração de catarata o procedimento que apresentava o maior número de utentes em espera e a catarata um problema que tem um grande impacto na qualidade de vida dos utentes, interferindo na sua autonomia e nas suas atividades quotidianas, considerou assim, portanto, abranger este grupo.”

Oh, Sr. Secretário, a questão não foi essa. A questão é que operar as cataratas na clínica do Bom Jesus pelo Vale Saúde que os senhores emitiram aos utentes era bem mais baratinha do que fazer a tal substituição do joelho que estava para ser colocado uma prótese, como os

senhores aqui reconhecem, sendo inadmissível reconhecer do ponto de vista clínico que uma incapacidade determinada por uma artrose do joelho precisa de uma prótese não é inferior à incapacidade determinada por uma catarata, mas a questão é diferente, dizia eu.

É que o custo que a clínica do Bom Jesus vos levava por cada catarata era de 809, 25 € e o valor que os senhores necessitariam para pagar, para fazer uma substituição total do joelho era de 4. 937, 61 €, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor já disse isso aqui!

O Orador: ... ou seja, os senhores tinham o dinheirinho para utilizar, procuraram sem respeito de tempos de espera operar aqueles que vos eram mais baratos, deixando os outros que tinham igual ou superior incapacidade por operar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é *déjà vu!*

O Orador: Portanto, a questão fundamental era a diferença do dinheiro. Uma última apreciação por agora à questão da iniciativa aqui apresentada pelo CDS.

O Vale Saúde tem vindo a evoluir nos seus conceitos. Tem-se aproximado daquilo que são os conceitos defendidos pelo PSD e nomeadamente nesta iniciativa reconhece as entidades públicas como entidades onde se podem operar esses doentes.

Durante muito tempo considerou apenas e só as entidades do setor privado e do setor social.

Naturalmente que consideramos que este instrumento é um instrumento útil para a resolução do problema dos 10. 294 doentes que se encontram em espera a 31 de agosto em espera cirúrgica.

Não é a nossa solução, mas é uma solução, porque nós entendemos que esses doentes deverão ser operados nas unidades públicas de saúde

(entenda-se hospitais), fora do seu horário normal de trabalho, respeitando os tempos máximos de resposta garantidos, de forma contínua e não apenas de forma focalizada e pontual como este projeto prevê na sua execução.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Vale Saúde tem evoluído. É mais uma solução. Acabou de dizer o Sr. Deputado Luís Maurício e nós concordamos.

O Governo Regional dos Açores e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendem que com esta alteração do Vale Saúde será uma melhor opção para a diminuição crónica das listas de espera cirúrgicas e para a transparência do sistema.

Reforçar a produção cirúrgica, reforçar a produção acrescida tem sido uma prioridade do Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores está a fazer um esforço para a captação de médicos anestesistas.

No Hospital de Ponta Delgada houve um acréscimo de mais 200 cirurgias.

Muitos doentes de Santa Maria já foram operados no Hospital da Horta.

Esta alteração adequa as necessidades à realidade existente e vai ao encontro daquilo que existe no modelo atual.

Faz sentido a adaptação porque os doentes possuem uma legislação que permite resolver a sua situação de uma forma mais célere.

É certamente uma medida que favorece os utentes.

É necessário produzir mais, todavia é importante sublinhar que houve um aumento de 18% na produção cirúrgica nos três hospitais da Região Autónoma dos Açores.

Há um esforço de todos para melhorar a acessibilidade dos doentes, para o aumento e fixação de recursos humanos especializados e para a produção cirúrgica efetiva.

O Governo Regional dos Açores e a Secretaria Regional da Saúde têm feito um esforço para diminuir os tempos de espera.

Ver em números absolutos é uma forma de interpretação que não reflete o trabalho efetivo na resolução deste problema.

Há um esforço adicional na diminuição do tempo de espera para os tempos máximos garantidos. O modelo fica mais transparente, todavia há sempre necessidade de melhorar, porque há sempre falhas detetadas e referenciadas no sistema que necessitamos de as ampliar e de as aperfeiçoar.

A saúde é um assunto muito delicado e grande interesse para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É preciso dizer uma coisa muito simples que por vezes não é entendida por muitas pessoas tendencialmente negativas: hoje o Serviço Regional de Saúde está muito melhor do que há uns anos atrás e estará muito melhor e mais eficiente nos próximos anos.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Eu já explicito melhor a questão que lhe coloquei, mas de qualquer forma tinha aqui uma outra questão para colocar ao Sr. Secretário e que tem a ver com o seguinte: entre 2012 e 2013 qual era o número de doentes que estavam na lista de espera cirúrgica com 50% ou mais do tempo máximo de resposta garantida, 2012 e 2013?

Até para avaliar da eficácia desta medida do Vale Saúde.

Quanto à pergunta que há pouco lhe fiz tem a ver com o ponto 3 do artigo 6.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional que o CDS nos apresenta aqui e que diz assim: “Entre os 50 e os 100% do tempo máximo de resposta garantida os utentes podem ser convocados por qualquer hospital público do Serviço Regional de Saúde, podendo o utente recusar a cirurgia sem que isso condicione a sua integração na lista de inscritos para cirurgia.”

Isto julgo que tem aqui um significado e que é o seguinte: significa que se pode recusar a cirurgia no serviço público para utilizar o Vale.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não!

O Orador: Mas isto então precisa de ser melhor explicitado e eu gostaria então que V. Exa., Sr. Secretário, explicitasse o que é que efetivamente isto significa, este ponto 3 do artigo 6.º. É que para mim significa isto, da leitura que eu fiz e há aqui depois uma outra questão que decorre desta, que está também ligada a esta, e que tem a ver com o seguinte: é que no articulado deste diploma também não garante explicitamente o direito dos utentes de recusarem o Vale e permanecerem no sistema público se assim o entenderem.

Julgo que esta questão é importante ...

Deputado José San-Bento (PS): E acha que alguém fará isso?

O Orador: Não sei.

Depois já lhe explico porquê na próxima intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Escusa de haver uma próxima!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço esta intervenção e faço na sequência das afirmações do Sr. Deputado Luís Maurício que fez uma personalização de uma afirmação minha que está transcrita e leu no comunicado da *Lusa*.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Luís Maurício que a minha máscara é mesma, aquela que está aqui, como está na rua ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é a sua! É a do Governo! Não percebeu!

O Orador: ... e que não minto, nem costumo mentir, nem aqui, nem na rua.

Quem me conhece sabe como me comporto na minha vida pública e na minha vida política e privada.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Depois gostaria apenas de lhe fazer uma pergunta, Sr. Deputado, para depois uma outra intervenção.

Sr. Deputado Luís Maurício, o senhor afirmou que o Sr. Deputado Duarte Freitas à saída de uma reunião com o Hospital de Ponta Delgada propôs uma alternativa à recuperação das listas de espera.

Faço-lhe a pergunta: essa proposta foi feita e entregue ao jornalista ou essa proposta foi feita e entregue nesta Assembleia ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... para ser apreciada, ser discutida e ser aprovada?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Criar sinergias!

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte dos partidos da oposição muitas vezes as pessoas esquecem-se, no âmbito da sua atividade política que nós estamos num sistema parlamentar, da parte dos partidos políticos, dos diversos grupos parlamentares é nossa obrigação avançar aqui com soluções concretas para resolver os problemas e não apenas ficar à espera que o executivo os faça. Ou seja, o nosso sistema parlamentar não é um sistema pura e simplesmente de crítica ao executivo e é assim que deve funcionar, com responsabilidade. Também é um sistema que pressupõe que também os partidos da oposição e os diversos grupos parlamentares têm obrigação de apresentar soluções.

A verdade é que em relação ao Vale Saúde o CDS-PP ao longo destas legislaturas, pela pessoa do seu líder parlamentar e do partido, Deputado Artur Lima, tem vindo a aperfeiçoar um sistema e tem vindo a ter uma postura proponente nesta matéria.

Há quem tenha, como por exemplo, a esquerda parlamentar, neste caso o PCP (estou só a falar do PCP), uma postura que é aquela postura utópica de que é o Estado que deve resolver e, portanto, é o tipo de questões que são solucionadas como aquelas que estão na Constituição que é: todos

têm direito à habitação, todos têm direito ... Mas esses direitos depois não são ...

Esses direitos têm de facto que funcionar, porque está lá escrito na Constituição ao existir algo que é pura e simplesmente definido em abstrato, como por exemplo no sistema venezuelano todos têm direito a tudo. Na prática muito poucos usufruem de alguma coisa.

Portanto, eu considero que o que é importante é sairmos da definição meramente teórica e tentarmos encontrar soluções.

Evidentemente que o que o CDS tem vindo a fazer em relação a esta temática, que é algo que não está solucionado na Região, mas eu estou absolutamente convencido que não têm sido estes instrumentos que o Sr. Deputado Artur Lima tem apresentado de forma sucessiva em diferentes legislaturas e aperfeiçoado, penso que nós teríamos hoje um problema de muito maior dimensão e nesse sentido eu chamo a atenção para os mecanismos que aqui estão previstos, nomeadamente o n.º 1 do artigo 7.º que diz: “Nos casos em que o Serviço Regional de Saúde não consiga dar resposta dentro dos prazos é emitido pela unidade central e pelo hospital em que o utente se encontra em lista de espera um Vale de Saúde.”

É evidente que há quem diga: “Mas a resposta não é essa, a resposta deve ser integralmente pública e se o Governo não financia devidamente o sistema o problema não é nosso.”

Nós ficamos aqui dentro dos nossos princípios. Os princípios são: o Governo deve financiar o sistema, senão financia o sistema estamos aqui no parlamento a criticar o Governo Regional. Esta é a nossa postura.

Penso que se deve tentar encontrar uma solução para além do subfinanciamento do sistema que é da responsabilidade do Governo Regional (e reconhece-se isso, essa é uma crítica que temos vindo a fazer

de forma recorrente, há um subfinanciamento do Sistema Regional de Saúde ao longo de todos estes anos que acarreta enormes dificuldades), mas não podemos ficar por aqui, por esta crítica política. Isto é algo que toda a gente percebe. Há um subfinanciamento do sistema, mas além disso o que nós devemos fazer é criar mecanismos que possam melhorar a capacidade de resposta. É esse o princípio e é esse o objetivo que pretende atingir esta proposta do CDS-PP nesta matéria.

Por isso, nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, vou apelar à sua integridade e honestidade intelectual que lhe reconheço e que penso que todos nós lhe reconhecemos, e o Sr. Deputado creio que pela época em que se encontra, ou nos encontramos, omitiu parte do relatório da aplicação do Vale Saúde 2014. Ficou-se apenas nas cirurgias da catarata.

Quando acusou o Governo de não ter dinheiro para emitir Vales Saúde para próteses totais de joelho ou próteses da anca esqueceu-se de ler o resto que aqui está, mas eu vou ler para que todos fiquemos com a noção exata do que tem sido.

Deputado José Ávila (PS): É melhor!

O Orador: Vamos às cataratas, sim senhor, se considerarmos que foram a uma cirurgia bilateral, foram operados 98 doentes.

Na ortopedia: artroscopia de joelho, 46 doentes; artroscopia do ombro, 1 doente; revisão de substituição de joelho, 1 doente; substituição total da anca, 59 doentes; substituição total do joelho, 164 doentes.

Penso que estes números, que a aplicação do Vale Saúde que é uma medida que o Governo acolheu, apoiou, como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque é mais um meio de tentarmos ultrapassar as dificuldades que temos na recuperação de listas de espera são uma evidência e, por isso, tal como aqui já foi assumido pelo Grupo Parlamentar e pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista com certeza que irá dar o seu voto favorável a este aperfeiçoamento do Vale Saúde trazido pelo CDS-PP.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que também não percebi bem a objeção do Sr. Deputado Luís Maurício.

Segundo eu percebi, deve, no entender do PSD, ser única e exclusivamente o setor público a dar resposta à lista de espera.

Era essa a questão que eu lhe queria colocar: se devem ser apenas os hospitais públicos a darem resposta às listas de espera, porque eu julgo, Sr. Deputado Luís Maurício, que da maneira que estamos e nas listas de espera que temos e que o senhor já aí quantificou, que é preciso usar todos os meios ao nosso dispor e é preciso usar meios ao nosso dispor e que algumas vezes até ficam mais baratos usando o setor social, que

usando o setor público, como V. Exa. muito bem sabe, se é operado fora do sistema ou do horário de trabalho.

Aliás, como muito bem sabe e se quiséssemos íamos discutir o passado que não quero, o que me interessa é o futuro e daqui para a frente, eu próprio critiquei nesta Casa, quando houve aqui antes de 2009 (não andava cá V. Exa., mas já andava cá quem falasse sobre saúde) o hábito de atirar dinheiro para cima dos problemas, nomeadamente no Hospital de Ponta Delgada, e onde não se resolveu rigorosamente nada, ou resolveu-se muito pouco, no tal sistema que o PSD defende ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é esse, não! Eu já lhe esclareço!

O Orador: ... e no tal sistema que o PSD pôs milhões e propunha milhões no Hospital de Ponta Delgada em 2007, ... É só ir ao Plano e Orçamento e vermos quais eram as propostas e para quê.

Portanto, era o sistema que o Governo tinha, era o sistema de apenas o sistema público fora do horário de trabalho e como nós sabemos para se fazer esse sistema é preciso haver regras, regras claras que imponham determinado número de cirurgias feitas, que têm de ser feitas no horário de trabalho e só depois então usar o tempo restante para operar dentro da unidade de saúde.

Quando a unidade de saúde não tiver capacidade de resposta recorrer ao setor social e se o setor social não tiver resposta recorrer ao setor privado.

Eu julgo que V. Exa. não se opõe a isso e o PSD não se oporá a isso.

Eu percebi da sua intervenção que era essa a sua objeção.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Do PCP eu percebo perfeitamente que não possa apoiar a economia privada, que não queira apoiar as instituições privadas de saúde e que não queira apoiar o setor social, como as santas casas, não queira apoiar e que

seja apenas no sistema público, mas vou dizer-lhe, Sr. Deputado: ao CDS interessa apenas os doentes. Onde eles são operados a mim é irrelevante. Desde que o seu sofrimento seja aliviado, por mim, ser na privada ou ser na pública e se a pública não tem capacidade de resposta vamos procurar onde há capacidade de resposta e o mais rápido possível. É isso que temos de fazer.

De resto, parece-me que isto é suficientemente claro e, aliás, volto a insistir que deve ser divulgado no site da internet a lista de inscritos para cirurgia, salvaguardando sempre a identidade dos beneficiários (artigo 8.º), atualizada mensalmente e um relatório trimestral sujeito a homologação de um Membro do Governo com competência em matéria de saúde. Ou seja, está aqui tudo. Se o Governo não cumpre, cumpre-nos a nós fiscalizar se efetivamente está a ser ou a não ser cumprido. As regras estão cá e eu acho que se o setor público não dá a resposta está elencado aqui, o artigo 1.º é claro: “«a cirurgia programada», a que é efetuada no bloco operatório nos hospitais”, «o Vale Saúde», «a Entidade prestadora», «a lista de inscritos para cirurgia» ...

Está tudo claro por aqui abaixo. Não há dúvida nenhuma. Qualquer pessoa que pegue nisto vê as regras, vê como é que funciona, vê a lista, vê a transparência no processo, tem as regras dos tempos máximos de resposta garantidos, se não forem cumpridos é emitido o Vale Saúde. Esse Vale Saúde é usado no setor social ou no setor privado. Os doentes seguem a sua ordem na lista ... e pronto. Eu não sei o que é que é preciso mais.

É preciso dinheiro talvez para pôr isto em vigor, porque é a parte que aqui está que depende da parte orçamental.

Agora, avaliar incapacidades, se é mais grave ficar sem ver, se a coxear de uma perna, eu não vou por esse assunto, eu não vou por essa matéria, nem me vou meter. Quem define prioridades é o Governo.

A Secretaria Regional da Saúde tem por obrigação, tendo os dados que tem que eu não tenho, (Sr. Deputado Luís Maurício podemos ter acesso informalmente a algumas coisas, mas quem tem os dados é a Secretaria Regional da Saúde e os hospitais) de definir qual o tipo de patologias a que devem dar prioridade, se é a mais barata, se é a mais cara ... Eu aí não me quero nem sequer meter, nem sequer voltar a esse assunto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está aqui!

O Orador: O que me interessa é que há aqui um sistema que é aprovado nesta Casa, que é para o futuro, que melhora o que está até agora e é uma proposta efetiva feita nesta Casa, é um Projeto de Decreto Legislativo Regional que vai entrar em vigor e que o Governo é obrigado a cumprir. Não fizemos apenas uma proposta de jornal. É uma proposta nesta Casa. É um Decreto Legislativo Regional nesta Casa e é isto que nos define e que nos define há anos. Não é de agora. É há anos que nós trazemos propostas para combater as listas de espera.

Não é só de 2012 para cá. Já é há anos que combatemos isso, que nós enfrentamos isso, que nós denunciemos isso, mas além de denunciar tivemos sempre e teremos sempre propositura e o CDS se estiver cá na próxima legislatura há de avaliar isso daqui a dois anos e se for necessário fazermos outro cá estaremos para o fazer, mas certamente não será numa conferência de imprensa. Será nesta Casa.

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Domingos Cunha, eu não o quis personalizar na sua pessoa a transmissão de afirmações que se vêm a verificar dois anos depois como sendo ou não verdadeiras. O senhor foi o porta-voz de uma informação que lhe foi transmitida, mas o que se verifica, como eu consegui demonstrar, é que na verdade a nossa proposta não era nenhuma cópia da do PS, porque o Partido Socialista nessa matéria não tinha proposta nenhuma.

Em segundo lugar, quero dizer, Sr. Deputado, com toda a consideração que tenho por si e que sei que é recíproca que o senhor se enganou a ler o relatório de execução de 2014. Então eu vou ler do princípio ao fim, com prejuízo do meu tempo, mas vou ler, diz assim:

“Foi necessário analisar quais as especialidades e ainda qual o procedimento que levava os utentes a aguardar mais tempo, conclui-se que a maioria dos utentes do HDES aguardavam por uma intervenção nas especialidades de oftalmologia e ortopedia, sendo que a maioria dos utentes inscritos nessas duas especialidades aguardavam cirurgia para os procedimentos de facoemulsificação, aspiração de catarata, 196 doentes; revisão de substituição de joelho, 1; substituição total da anca, 53; substituição total do joelho, 164; vasectomias, 3, num total de 470.

Nesse sentido [estou a citar], sendo a facoemulsificação e aspiração de catarata o procedimento que apresentava um maior número de utentes em espera e a catarata um problema que tem um grande impacto na qualidade de vida dos utentes, interferindo na sua autonomia e nas suas atividades quotidianas, considerou-se importante abranger este grupo.”

Portanto, oh, Sr. Deputado, tem de reconhecer que foi o senhor que se enganou. Foi feito um levantamento dos doentes que se encontravam há mais de 18 meses em espera por uma cirurgia, foram nesses dois grupos

de áreas cirúrgicas (ortopedia e oftalmologia) e optaram por tratar os doentes de oftalmologia que tinham cataratas, porque eram em maior número.

Portanto, Sr. Deputado, espero que o senhor venha agora aqui reconhecer que não fui eu que me enganei, que foi o senhor que se enganou e que a minha idoneidade não pode ser posta em causa relativamente às intervenções que eu fiz, porque elas são absolutamente verdadeiras e é isto que consta do relatório.

Depois, finalmente queria dizer o seguinte: cada um apresenta as suas propostas políticas da maneira que entender e nós em janeiro de 2014 fomos pioneiros na defesa da recuperação das listas de espera cirúrgicas.

Definimos publicamente e a partir daí por várias vezes a defesa de um sistema integrado de gestão de doentes em espera para cirurgia nos três hospitais, que potenciasse a capacidade de cada um dos hospitais de forma integrada em operar esses doentes. Definimos também a nossa opção que um sistema a seguir nos Açores haveria de ser idêntico àquele que se gere no espaço nacional, respeitando os tempos máximos de resposta garantidos, sendo que a dois terços desse tempo o hospital onde esse doente está inscrito deveria responder se estava ou não habilitado no terço restante a operar esse doente em horário normal de trabalho. Se não o tivesse devê-lo-ia operar fora do horário normal de trabalho, como o Governo dois anos depois, em novembro de 2015, reconheceu, criando um programa de cirurgia adicional, mas apenas para 25% do trabalho executado em tempo normal.

Portanto, as nossas propostas foram sempre muito claras a esse respeito. Entendemos que era assim que as devíamos apresentar. Elas não são

menos eficazes, nem menos transparentes para os açorianos sendo apresentadas fora desta Casa, ou sendo apresentadas dentro desta Casa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O que nos entristece, Sras. e Srs. Deputados, é que estejamos todos (e reconheço que todos), inclusivamente o Governo dentro das suas possibilidades que têm sido insuficientes para resolver esse problema e haja problemas impensáveis de poderem acontecer que são limitadores de operarem esses doentes.

Quem imaginaria que as salas do bloco operatório do Hospital de Ponta Delgada não funcionariam, que o seu ar condicionado estaria avariado?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Isso é que vos deveria preocupar, porque a gestão dos hospitais nem dinheiro têm para satisfazer os contratos de manutenção do ar condicionado. Isso é que é uma vergonha, Srs. Deputados.

Deputados António Marinho e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Nós compreendemos que o momento em que vivemos às vezes acicata os espíritos e alguma exuberância que é aquilo que é natural que aconteça, mas Sr. Deputado Luís Maurício, vai desculpar-me, mas à medida que lhe começa a faltar alguns argumentos vem agora com o ar condicionado do hospital.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! Quero é que o senhor diga quem é que se enganou, se fui eu, ou se foi o senhor!

O Orador: Até porque o hospital teve a oportunidade de responder claramente, ...

Deputado António Marinho (PSD): Responda ao que foi questionado!

O Orador: Mas vou responder, Sr. Deputado Marinho. Não tem problema. Eu também sei ler e penso que qualquer deputado sabe ler.

Veio falar agora do ar condicionado quando o próprio Conselho de Administração do hospital já o disse publicamente o que é aconteceu. Uma sala, três doentes ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: ... e foi o mês de agosto aquele em que maior número de doentes foram operados desde os últimos anos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, isso é uma situação à parte marginal deste processo, mas voltando ao relatório, Sr. Deputado, está escrito em cima (todos nós sabemos ler português) 196 utentes e substituição total de joelho, 164 utentes, mas mais! Vamos ler o que está abaixo, que é aquilo que o senhor disse que nós mentimos.

“É importante salientar que esta análise não teria sido possível sem o recurso ao Sistema Informático de Gestão de Lista de Inscritos para Cirurgia dos Açores (SIGLICA), ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Agora é o senhor que está a omitir! Mas afinal foram operados só os doentes de oftalmologia ou foram os outros!

O Orador: ... o que permitiu ter o controle sobre o processo do Vale Saúde, o que anteriormente estava dependente da informação que era

remetida pelos hospitais do Serviço Regional de Saúde. O Vale Saúde abrangeu utentes que se encontravam inscritos desde 2011 e 2012, sendo que permitiu resolver as situações dos utentes mais antigos que se encontravam inscritos nesta especialidade e para estes procedimentos.”

Portanto, é um instrumento útil para recuperarmos as listas de espera além do esforço que tem sido feito no setor público e é bom aqui recordar que o setor público e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer aqui registar com muito agrado a evolução brutal que temos assistido no Serviço Regional de Saúde, ...

Deputados André Bradford e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... na sua forma não só de constituição, mas sobretudo na forma como trabalha, tem vindo a trabalhar, na qualidade do serviço prestado, no aumento da produção e na área cirúrgica, nos últimos anos, quero dizer que é com muita satisfação que em produção normal registamos um aumento que ronda os 18,5%, como também é importante lembrarmo-nos que as novas filosofias de recuperação de listas de espera passam também pela cirurgia de ambulatório, também quero aqui registar (e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fá-lo com muito gosto) que nos últimos dois anos, três anos, de 2012 para 2015, aumentámos em 51,9% as cirurgias de ambulatório. Isto quer dizer que os nossos profissionais e as nossas unidades de saúde trabalham e trabalham bem e vão continuar a trabalhar em prol das açorianas e dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

Eu continuo a aguardar que o Sr. Secretário Regional possa prestar alguns esclarecimentos, de qualquer forma, e como vejo que o Sr. Secretário não está assim com muita vontade, eu vou adiantando aqui algumas questões que estão relacionadas com a pergunta que lhe fiz.

Aliás, eu fiz a pergunta relativamente a 2012 e a 2013, quantos doentes é que estavam com um tempo de espera de 50 ou mais por cento de tempo de espera garantido e porquê?

Porque relativamente a 2012 e 2013, segundo o relatório da Saudaçon sobre a execução do Vale Saúde, foram atribuídos 50 Vales Saúde, recusados 4 e dos 46 utilizados isso equivale a 30 utentes, uma vez que parte dessas cirurgias eram situações de bilateralidade e, portanto, cirurgias aos dois olhos, portanto, 30 utentes.

Isto também importa até para ver de que dimensão estamos a falar relativamente à atribuição do Vale Saúde.

Relativamente a outros números que já aqui foram enunciados e que dizem respeito à execução do Vale Saúde em 2014, foram identificados 470 doentes com um tempo de espera superior a 18 meses. Já aqui anunciado quer pelo Deputado Domingos Cunha, quer pelo Deputado Luís Maurício, quais eram os procedimentos cirúrgicos que eram necessários, mas vamos ver o que é que aconteceu, quem é que beneficiou do Vale Saúde.

Ao Vale Saúde foram atribuídos 80, foram recusados 5 e dos 75 vales utilizados 61 utentes foram beneficiados, porque também neste caso havia um conjunto de cirurgias que eram cirurgias aos olhos, eram de bilateralidade e, portanto, 61 utentes é que foram abrangidos.

É disto que nós estamos a falar. Portanto, a dimensão também do Vale Saúde e a importância do Vale Saúde também deve ter esta perspectiva de

análise, até porque em termos (e isto agora vai para o campo então dos princípios) ... De facto, nós consideramos que o que se deve investir e onde se deve afetar dinheiro público é exatamente aos serviços públicos e nós não estamos a falar ...

Aliás, como os números demonstram isto não quer dizer que não haja longas listas de espera, mas relativamente àquilo que está definido para o tempo de resposta o número não é assim tão alto e a eficácia da medida do Vale Saúde abrange um número muito reduzido de doentes.

Ora bem, mas ainda há aqui uma outra questão que eu julgo até que o proponente deveria ter algum cuidado para que a eficácia desta proposta ...

Há pouco usava-se aqui o argumento do subfinanciamento do sistema público de saúde.

Mas aqui o que está proposto no n.º 2 do artigo 7.º é “a emissão de Vales Saúde está limitada à verba inscrita no plano de investimentos anual aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.”

É evidente que trata-se de afetação de dinheiro público e nós não sabemos qual é o valor que vai ser afetado. Portanto, a eficácia desta medida fica sempre dependente daquilo que o Governo Regional afetar para esta medida e afetar por afetar julgamos que o caminho político que devia ser seguido não era este, designadamente abrir, porque também abre, ... Também há aqui uma diferença entre a proposta que foi feita pelo Sr. Deputado Artur Lima quando foi criado o Vale Saúde relativamente a esta, porque agora abre ao setor privado ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! Agora abre para o setor público!

O Orador: Agora abre ao setor público!

Mas há aqui algumas nuances efetivamente relativamente ao leque. A questão é esta: aquilo que o Governo devia fazer era afetar os recursos ao sistema público, porque como nós vemos o número de intervenções cirúrgicas que foram feitas ao abrigo do Vale Saúde não é um número tão significativo quanto isso e porque é que o serviço público não responde a isto se o número ... Quer dizer, em 2014 foram 61 doentes; entre 2012 ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... e 2013 foram 30 doentes.

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que termine que o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Secretário, eu gostaria de perceber qual foi o custo da implementação desta medida do Vale Saúde e porque é que o serviço público não conseguiu responder a esta situação?

É disto que se trata. É uma questão de princípio e é efetivamente por uma questão de princípio que o PCP não pode dar apoio a esta medida ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas está errado!

O Orador: ... do CDS-PP.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela sua tolerância.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser estranha e curiosa esta posição do Partido Comunista Português, porque o Sr. Deputado Aníbal Pires está equivocado na sua análise e no seu historial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os números que eu disse?

O Orador: A grande alteração deste em relação ao Vale Saúde é que este justamente abre para o público, que é aquilo que o senhor quer e antes era só o privado e o social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os números que eu disse, Sr. Deputado?

O Orador: Portanto, agora pode ser o público. O senhor está equivocado. O senhor não analisou bem a proposta. A proposta abre e põe o público, social e privado. É a grande alteração. É a alteração que até vai de encontro àquilo que o seu partido defende. Se o senhor é contra, não tenho bem que lhe faça!

Os doentes dos Açores é que não de ficar agradecidos ao Partido Comunista Português por ser contra uma iniciativa que visa reduzir ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que tem a dizer relativamente ao ponto 2 do artigo 7.º!?

O Orador: ... o número de utentes em lista de espera.

O ponto 2 do artigo 7.º ... Posso-lhe explicar tudo o que o Sr. Deputado quiser, agora o que eu não percebo é porque é que o Sr. Deputado se impõe contra instrumentos que visam reduzir a lista de espera, que visa apenas aliviar o sofrimento dos doentes e abre ao setor público, mas eu já sei (se me permite também a graça Sr. Deputado Aníbal Pires) que da próxima vez eu vou fazer mais um alargamentozinho e vou propor que os doentes sejam operados em Cuba. Aí talvez o Sr. Deputado vote a favor. A gente propõe também que os doentes possam ir a Cuba ser operados, nomeadamente às cataratas, o que foi aí muito famoso no continente. Portanto, aí o Sr. Deputado votará a favor disso.

Sr. Deputado Aníbal Pires, conhece alguma medida, algum projeto do Governo que seja executável sem verba no Orçamento e no Plano?

O Vale Saúde também tem que ter, ou seja, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso permite o alcance da sua própria proposta!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires alguma vez colocou verba no Plano e Orçamento para o Vale Saúde?

Fez uma proposta de reforço de verba para o Vale Saúde? Fez?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, senhor!

O Orador: Então pronto, Sr. Deputado, estamos conversados!

O que interessa é que esta iniciativa é positiva, vem numa perspetiva e numa trajetória de melhoramento consecutivo do acesso à cirurgia, quer programada, quer depois quando as unidades públicas não têm capacidade de resposta haver mais resposta para os utentes. Isto é muito positivo, isto cria emprego, isto fomenta a economia no setor social e no setor privado e isso para nós é absolutamente fundamental. É uma medida de alcance social, mas também económico e que bem precisa a Região Autónoma dos Açores. É também uma medida que permite a fixação de jovens enfermeiros, de jovens profissionais de saúde que, não tendo emprego na pública por as vagas estarem esgotadas, possam também em pequenas unidades de saúde e cirurgia de ambulatório exercer a sua cirurgia, exercer pequenas cirurgias que também estão, como já se viu, incluídas em alguns casos aqui e, portanto, em pequenas unidades clínicas que possam vir e a iniciativa privada, com certeza, que permite fixar mais jovens na Região.

Contra tudo isto o Partido Comunista é contra. Temos pena.

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições e assim sendo vamos proceder à votação na generalidade do diploma.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Saúde)

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu já passei à votação.

Eu informei a câmara que não havia inscrições. Passei à votação e agora não posso voltar atrás de acordo com o Regimento.

Peço imensa desculpa.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor o PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

Não há propostas e se não houver objeção da câmara eu votava todos os artigos, do 1.º ao 11.º.

Portanto, vamos votar do 1.º ao 11.º na especialidade os artigos.

Sr. Deputado, faz favor.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, sugeria que votasse do 1.º ao 5.º, porque depois tenho uma questão a colocar!

Presidente: Então vamos votar na especialidade do 1.º ao 5.º. O 1.º, o 2.º, o 3.º, o 4.º e o 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor o PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Agora tenho do artigo 6.º ...

Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao n.º 2 e 3 do artigo 6.º eu gostaria que explicitasse o conteúdo dos mesmos. Sinceramente restam-me dúvidas. Os doentes, nomeadamente no ponto 2, “até esgotar 50% do tempo máximo de resposta garantido são convocados pelo próprio hospital para serem operados e entre os 50 e os 100% do tempo máximo de resposta garantido podem ser operados noutro hospital”, conjugando isto com o artigo 9.º onde se diz que haverá uma regulamentação sobre os tempos máximos de resposta garantido, incluindo os níveis de prioridade que já estão publicados, o Vale Saúde é aplicado aos que ainda não concluíram o tempo máximo de resposta garantido ou aos que já o ultrapassaram?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Oh, Sr. Deputado Luís Maurício, eu acho que isto é português. É perfeitamente claro: até 50% é o hospital, quando ultrapassa esse tempo pode ser qualquer um dos outros hospitais. É perfeitamente claro.

Até esgotar 50% o hospital da inscrição, onde o doente está inscrito; ultrapassando os 50% é em qualquer hospital. É português, Sr. Deputado Luís Maurício. Não lhe posso explicar mais do que isso e, portanto, ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não é uma questão de tempo, é uma questão de se concordar ou não!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, tem alguma dúvida?

Inscriva-se e pergunte.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Já não tenho tempo!

O Orador: Eu estou a esclarecer o Sr. Deputado Luís Maurício.

Portanto, para mim é claro. É o hospital da inscrição.

Presidente: Está esclarecida a questão?

Posso pôr à votação o artigo 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, considerando esclarecida essa questão do artigo 6.º?

Então vou pôr à votação do artigo 6.º ao 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Está à votação, Sr. Deputado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão, do artigo 6.º ao 11.º.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora então à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 votos

a favor o PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Temos intervalo de meia hora.

Eram 16 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 01 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos com uma iniciativa do Bloco, **Projeto de Resolução n.º 160/X – “Criação de Comissão Científica para a elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”**.

Para apresentar a iniciativa dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente permita-me que esclareça a câmara que foi entregue uma proposta de substituição integral à primeira versão deste Projeto de Resolução e, portanto, será sobre essa última proposta que me irei pronunciar e da qual irei fazer uma apresentação sucinta.

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional duas coisas:

Primeira, que “no âmbito do trabalho da constituição do Centro de Observação Oceânico (designado e aprovado no art.º n.º 41 do Plano e Orçamento de 2015, sob a epígrafe Centro Público Internacional das Ciências do Mar), fomente a participação e proceda à auscultação das Instituições e Entidades Científicas Regionais, nomeadamente, o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, bem como os Centros de Investigação com atividades relativas ao Mar.”

No seu ponto 2 da Resolução o Bloco de Esquerda propõe também que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que “informe a Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho das decisões fundamentais que vierem a ser adotadas neste processo, nomeadamente, quanto à sua constituição formal.”

“Sua” do centro internacional, obviamente.

Importa justificar porquê este Projeto de Resolução e estas duas recomendações ao Governo Regional e para quê.

Porquê, Sras. e Srs. Deputados?

Porque, tal como consta do preâmbulo do nosso Projeto de Resolução, as razões são várias, mas eu vou destacar três: porque no Plano e Orçamento Regional para 2015 foi aprovada por esta Casa “a criação de um Centro Público Internacional das Ciências do Mar, ficando o Governo Regional mandatado para negociar com o Governo da República, no âmbito dos Projetos de Interesse Comum, e nos termos Estatutários, o processo para a sua implantação na Região Autónoma dos Açores”, portanto, há uma

Resolução desta Casa que obriga o Governo a desenvolver estas negociações no sentido de que este centro seja uma realidade na cidade da Horta; segundo, porque “a concretização deste projeto torna-se mais premente a cada dia que passa, pois, o interesse das grandes empresas internacionais pela prospeção dos fundos marinhos dos Açores já se faz sentir” há algum tempo e com alguma intensidade; porque a concretização nos Açores deste Centro de Investigação do Mar está expresso e explícito no Programa do Governo da República atual e também porque não têm sido poucas as vezes que a nossa Região ultimamente tem sido visitada por vários dirigentes políticos do Governo da República que se têm referido à necessidade e à justeza da existência deste Centro de Investigação das Ciências do Mar e que o mesmo esteja sediado na ilha do Faial, cidade da Horta.

A segunda questão que levantei: para quê?

Ora, exatamente para que este Parlamento (e quando nós falamos neste Parlamento estamos a falar dos representantes do povo açoriano e do órgão de fiscalização do Governo Regional – para que este Parlamento, dizia eu) tenha informação atempada e, portanto, capacidade de acompanhamento do estado da arte no cumprimento da referida Resolução desta câmara que é exatamente a implementação deste Centro Internacional de Investigação que neste momento tem várias designações, o certo é que a designação que foi aprovada nesta Casa é Centro Público Internacional de Investigação das Ciências do Mar e como tal, independentemente de poder mudar de nome em qualquer situação da sua implementação, o Bloco de Esquerda continua a designá-lo como tal, porque foi assim que ele foi aprovado pelas Sras. e pelos Srs. Deputados. Para já, Sr. Presidente, penso que chega.

Obrigada.

Presidente: Vamos então agora passar ao debate da iniciativa e para já dou a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(*) Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista depois de algumas objeções em sede de comissão que tinham a ver sobretudo com alguns aspetos jurídicos e formais que o Governo Regional não tem tutela sobre algumas entidades, nomeadamente da Universidade, e, portanto, não poderia de algum modo influir como a redação da primeira proposta levava a crer, por isso também entendeu que esta matéria era suficientemente importante para não tomar uma posição contrária logo na comissão e absteve-se com reserva para plenário.

Conformada que foi nesta segunda proposta do Bloco de Esquerda esta situação e também ultrapassadas algumas situações sob o ponto de vista da abrangência do atual Centro de Investigação Internacional dos Açores (que acaba por incluir, mas esta proposta não colide com isso numa leitura mais extensiva) e o Governo Regional estando atento (e sendo justo aqui salientar a posição do atual Governo Regional em relação a estas matérias uma vez que tudo isto está sendo visto numa dimensão mais internacional, onde se congregam situações da área do espaço, das alterações climáticas, dos riscos naturais e também do mar), o Governo Regional tem feito o seu trabalho para que de facto nós estejamos na linha da frente desta área que é fundamental para o futuro dos Açores.

Esta Resolução com a redação que agora tem não colide com esses objetivos mais vastos, ainda que, como diz a Sra. Deputada, estes nomes e estas designações podem, por uma razão até de desenvolvimento destes

processos, vir a tomar outra conformação no âmbito de futuras iniciativas ou atividades ligadas a este assunto.

Ou seja, nós estamos em condições, perante aquilo que foi consensualizado e tendo em conta também algumas das nossas preocupações e óbices em termos jurídicos e formais e do próprio trabalho que o Governo Regional já estava a desenvolver, de poder apoiar e aprovar esta Resolução.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Peço às Sras. e aos Srs. Deputados o favor de se inscreverem, quem quiser usar da palavra.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu com esta proposta de substituição integral fiquei com algumas dúvidas, porque o Projeto de Resolução hoje aqui trazido pelo Bloco de Esquerda continua a dizer que se propõe a criação de uma Comissão Científica. Na parte resolutiva desta proposta eu tenho algumas dúvidas se aquilo que se propõe é a criação de uma Comissão Científica ou não, porque aquilo que se lê é que no “âmbito dos trabalhos da constituição do Centro de Observação se fomente a participação e proceda à auscultação de instituições e entidades científicas”. Penso que isto não é uma comissão.

Em relação ao ponto 2 “que informe”, mas que informe quem?

A comissão?

Se a comissão não está ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está lá escrito!

A Oradora: Sim, sim. Informe a Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares. Mas quem é que irá informar?

Deputada Zuraída Soares (BE): O Governo!

A Oradora: Ah, o Governo irá informar.

Como? Quando?

Isto é muito vago. Tenho dúvidas do que é que afinal o Bloco de Esquerda vem hoje aqui propor e o que é que estamos efetivamente a discutir.

Muito obrigada.

Deputada Zuraída Soares (BE): É pena não ter feito a mesma pergunta nos seus projetos!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Informo que não temos inscrições na Mesa.

Sras. e Srs. Deputados, não temos inscrições na Mesa e assim sendo vamos passar à votação da iniciativa.

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução que aqui foi apresentada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que discordam, façam o favor de se sentar.

Quem concorda, mantêm-se como está.

Quem se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade aquilo que se passou aqui é legítimo. Os grupos parlamentares, as representações parlamentares e o Governo falam se bem entender ou se não entender e na realidade a maioria decidiu não se pronunciar. Isto deve querer dizer alguma coisa.

Há uma coisa que quer dizer seguramente é que esta câmara fica habilitada para fiscalizar o cumprimento de uma resolução, o Faial fica com o compromisso assumido pelo partido maioritário e pelo Governo Regional de que terá um observatório, um centro de investigação, chamem-lhe o que quiserem, para a investigação internacional das Ciências do Mar. Portanto, é a segunda conclusão.

Outra é que há quem não esteja de acordo com esta resolução e com esta proposta, o que também é legítimo, mas eu não resisto a recordar uma expressão que o antigo, o anterior presidente desta Casa, agora Deputado Francisco Coelho, uma vez sentado onde neste momento está o Sr. Presidente Humberto Melo, na legislatura passada, se virou para os deputados e deputadas desta Casa e disse assim: “Sras. e Srs. Deputados, nem isto é uma creche, nem eu sou um mestre escola.”

Eu não sei porquê recordei de repente esta intervenção do anterior presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS não teve outra alternativa senão abster-se em relação a esta iniciativa. Pediu esclarecimentos ao proponente da iniciativa que preferiu não esclarecer o CDS.

A iniciativa inicialmente era muito clara, criar uma Comissão Científica em determinados moldes. Neste momento a única coisa que sugere é que o Governo ausculte entidades científicas.

Só faltava se criar um centro para os assuntos do mar na Região e as várias instituições científicas não serem auscultadas.

Portanto, não percebemos claramente o que é que se teve aqui a votar e o que é que foi aprovado pela maioria. Portanto, não pudemos aprovar uma coisa que nem sabemos o que é que estamos a discutir.

Mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Vem sendo hábito nesta Casa não se aprovar iniciativas que permitem dar primeiros pequenos passos em nome de grandes passos e de grandes projetos que depois acabam sistematicamente em coisa nenhuma.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à declaração de voto do PPM em relação a esta questão devo dizer que não fiz ...

Sra. Deputada, deixe-me só fazer a minha declaração de voto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estou a falar consigo!

O Orador: Eu sei, mas não estou a conseguir ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Desculpe!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não está a conseguir porquê?

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado conclua a sua declaração de voto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão aqui é a seguinte: não me envolvi no âmbito da discussão desta matéria, porque esta é uma matéria amplamente consensualizada. Já tivemos oportunidade de discutir por diversas vezes nesta câmara.

Aliás, foi aprovada quase por unanimidade e, portanto, em relação às questões que aqui se levantam eu da minha parte o que fiz foi votar em conformidade. Não há aqui novidade verdadeiramente em relação à deliberação que é tomada e, portanto, por isso é que eu da parte do PPM não participei nesta discussão, porque não há nada que se vá fazer de novo, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto prático.

Portanto, não há nenhuma novidade, votei favoravelmente e a justificação do meu voto é esta. Eu estou a favor desta iniciativa, mas verdadeiramente é preciso ter em conta de que não há nenhuma novidade objetiva em relação a esta matéria.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pensa que efetivamente esta iniciativa marca mais um passo nesta caminhada, que não é uma caminhada fácil, porque nós vamos tendo e já tivemos sinais disso de grandes batalhas jurídicas de direito público internacional e também na área científica há muito para liderar, de modo que este futuro vai-se também consolidando com este tipo de iniciativas, puxando para a Região

alguma capacidade de nós podermos estar de acordo com aquilo que se vai fazendo e que são acordos internacionais, como aquele que está sendo feito neste momento com o Governo da República, trazendo esta capacidade transatlântica com os Estados Unidos em projetos que têm a ver com o domínio do mar, mas também, como já disse há pouco, das alterações climáticas e de outras situações que de algum modo impendem sobre o nosso futuro e, portanto, isto marca uma posição do órgão máximo da Região para que se possa acompanhar estes processos, nomeadamente com a auscultação do Governo a entidades científicas e o relato para a comissão devida da Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, nós pensamos que esta iniciativa tem validade e tem toda a oportunidade neste quadro de discussão que aqui está.

Aliás, devia dizer mais outra coisa: é que nós estamos perante aquilo que ainda há pouco o investigador na NASA disse, é que os oceanos são muito cobiçados por muita gente até porque são um espaço que é ocupado em 70% na área da Terra e as ilhas são espaços privilegiados, porque ficam exatamente no meio destes 70% do maior espaço da Terra, longe de algumas alterações que, por exemplo, nos continentes existem que podem camuflar dados científicos, como a temperatura, etc. ...

O que é fundamentalmente importante realçar neste ponto é que esta iniciativa na opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista marca mais uma posição nesta caminhada que é preciso ser vigilante, que é preciso ser também acompanhada pelo Governo e pela Assembleia e eu penso que nesta circunstância nós todos estamos a fazer o nosso papel quando temos essa consciência do que pode vir para o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Para a sua declaração de voto tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Representação Parlamentar do PCP, aliás como teve oportunidade de manifestar na comissão que esteve a analisar este diploma, teve algumas reservas relativamente à redação inicial e àquilo que era a proposta inicial do Bloco de Esquerda e de alguma forma algumas reservas que foram colocadas, até na sequência das auscultações que foram feitas durante esse dia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

O Orador: ... a Deputada do Bloco de Esquerda, a Deputada Zuraida Soares, substituiu integralmente esta proposta e há aqui efetivamente ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então o mérito é do PCP! O mérito das reservas!

O Orador: ... de facto a garantia de por um lado se vincular o Governo, o próximo Governo Regional, a acompanhar de forma ativa todas as questões que se ligam com a criação deste centro.

É evidente que a Fundação para a Ciência e Tecnologia está a auscultar a comunidade científica, mas está a fazê-lo de uma forma, digamos, aleatória e é bom que o Governo Regional possa acompanhar todo este processo e o ponto 1 da parte resolutiva para aí indica, mas não deixa de fora a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao exigir que a informação seja também transmitida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho que é a comissão que acompanha estes assuntos.

Portanto, parece-me que a proposta de substituição veio ao encontro daquilo que eram algumas reservas, quer de quem foi auscultado no dia em que se analisou e se deu parecer na comissão sobre esta matéria, mas também algumas reservas que o PCP colocou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PCP entrou mudo e saiu calado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lê o relatório!

Presidente: Também para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente este Projeto de Resolução essencialmente por três ordens de razão.

Em primeiro lugar, porque concorda com a instalação nos Açores de um centro desta natureza, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esqueceste de dizer “no Faial”! Rebobina e volta a dizer!

O Orador: ... designado por Observatório do Atlântico e concorda que a sua localização no Faial é uma opção natural, indo ao encontro do conhecimento científico que tem sido produzido pelo DOP ao nível dos oceanos.

Em segundo lugar, também votámos a favor porque achamos que é essencial que neste projeto internacional a Região (e desde logo a Assembleia também) participe e acompanhe a instalação nos Açores desse observatório.

Portanto, entendemos que a criação deste mecanismo que é aqui proposto pode ajudar no acompanhamento e na participação da Região na

instalação deste centro internacional que tenha a designação que tenha. A Comissão Europeia já propôs que essa designação fosse Observação do Atlântico e, portanto, entendemos que este mecanismo pode ser útil em garantir essa participação e esse acompanhamento. Daí o nosso voto favorável a este Projeto de Resolução.

Presidente: Está encerrado este ponto. Passamos então ao ponto número 8, que é uma proposta de decreto legislativo que **“Aprova o Regime jurídico da Responsabilidade Técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física (*Fitness*), designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde (*Health Clubs*), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Nos Açores, o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação de atividades físicas e desportivas desenvolvidas em instalações que prestam serviços na área da condição física encontra-se regulado pelo Decreto-Legislativo Regional n.º 33/2002/A, de 5 de novembro, que fez a adaptação à região de legislação de 1999. No país, a legislação é já mais atualizada, já que impera a Lei n.º 39/2012, de 28 de julho, que fez a adaptação do disposto numa diretiva europeia de 2006.

Só por isto se justificaria a alteração do quadro legislativo regional. No entanto, esta proposta de DLR ainda deriva de um aumento exponencial da prática das atividades físicas desportivas e da procura de serviços

desportivos na área da condição física, tudo isto, naturalmente, acrescido de novas exigências da nova clientela.

Nas ilhas, até ao momento, consideradas as nossas especificidades, por exemplo, a dispersão geográfica, a dificuldade de circulação de recursos humanos especializados e a tradicional insuficiência de resposta da oferta à procura condescendeu-se nas exigências da formação dos responsáveis técnicos e dos coadjuvantes, permitindo-se o exercício da atividade por agentes não detentores de uma adequada formação em desporto, educação física ou área similar.

É, entretanto, dever da administração regional a garantia de que as atividades físicas desportivas decorrem em acrescida segurança, em benefício do bem-estar e da saúde dos praticantes. Aliás, do programa do XI Governo dos Açores, no que ao desporto diz respeito, consta o dever de zelar pela qualificação e pelo rigor das ofertas comerciais.

Por isso, esta proposta de DLR, em alinhamento com o continente e a própria Europa, prevê a existência, em instalações desportivas que prestem serviços na área da educação física, de um diretor técnico, com superintendência sobre o desenvolvimento de todas as atividades e de um ou mais técnicos de exercício físico vocacionados para a condução dos exercícios, ambos licenciados em desporto, educação física ou área similar, podendo o técnico de exercício físico não ser, entretanto, detentor de uma licenciatura, em vez disso de uma formação adequada, prevista no âmbito do sistema nacional de qualificações.

Os títulos de diretor técnico e de técnico de exercício físico são válidos por cinco anos e, depois, renováveis mediante a frequência de uma formação contínua, a definir por portaria governamental.

Para melhor salvaguarda da qualidade dos serviços prestados, prevê-se ainda a obrigação da existência de um manual de operações das atividades desenvolvidas, cujo modelo será definido por portaria do membro do Governo competente em matéria de desporto.

Nesta conjuntura, é, entretanto, justo, é, entretanto, legítimo que se atente na situação dos profissionais que, com empenho e ao longo dos últimos anos, dirigiram as instalações desportivas, se bem que destituídos de uma formação superior.

Assim, cria-se um regime transitório, que permite aos responsáveis técnicos a continuidade da atividade até ao final da validade da sua inscrição, à luz do DLR ainda em vigor. Todavia, para garantirem a continuidade do exercício das funções, ficam, naturalmente, obrigados ao cumprimento, no prazo de três anos, dos referenciais de formação instituídos no Catálogo Nacional das Qualificações Profissionais. Nesse entretanto, podem requerer um título provisório de técnico de exercício físico.

Posto isto, resta apenas dizer que, no respeito pelo passado, esta proposta de DLR, uma vez aprovada, garante, no futuro, um serviço na área da educação física ainda mais seguro e mais profissional.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos, então, passar agora à discussão do diploma e, para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Quero começar por dizer que subscrevo integralmente a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e toda a filosofia que está

subjacente a este diploma, bem como a adequação à nossa realidade geográfica e até à disponibilidade dos recursos humanos, subscrevo integralmente. Mas, sempre um mas, Sr. Secretário, e, se calhar, é um mas que vai criar alguns problemas e que tem a ver com o seguinte: o ponto 3 do artigo 1.º, que diz, “Excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas e desportivas que...”, e tem várias alíneas, que vão até à h), e que exceciona várias situações e, portanto, que podem não estar sujeitas ao âmbito de aplicação deste diploma. Como já lhe disse, acho que está muito bem desenhado e que está muito bem adequado à nossa realidade, mas a alínea f) diz assim:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

O Orador: ... “Sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico por vontade expressa dos praticantes”.

Oh, Sr. Secretário, isto, em última instância, significa a ineficácia de todo o diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: Significa...

Deputado Francisco César (PS): Sem gritar!

O Orador: ... a ineficácia de todo o diploma, Sr. Secretário.

O PCP fará dar entrada de uma proposta de alteração para eliminar a alínea f) do artigo 3.º.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Agora, para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente, o PSD também concorda, em parte, com aquilo que foi aqui dito pelo Sr. Secretário e também aquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado do Partido Comunista Português, que este diploma vem regulamentar, de facto, o enquadramento técnico dos clubes de atividades desportivas, nomeadamente *health clubs* e ginásios, trazendo segurança e proporcionando a que os utentes possam praticar, nesses ginásios e nesses *health clubs*, o desporto com segurança e com supervisão de quem, efetivamente, está por dentro da matéria e de quem percebe do assunto e tem formação específica na área.

No entanto, questiono o Sr. Secretário, e aquilo que foi aqui questionado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente ao ponto 3, o que é que, efetivamente, quer dizer com: “Excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas e desportivas que: Alínea f) Sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico por vontade expressa dos praticantes”.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Este novo diploma resulta da evolução muito positiva da população açoriana no que respeita aos hábitos de fazer atividade física desportiva.

Este sentido da procura de mais e melhor e ainda de mais variedades de atividade física desportiva fez aumentar a procura dos espaços de prática direcionada, tipo ginásios, e, conseqüentemente, verifica-se também um aumento da oferta e, fundamentalmente, a existência de mais profissionais da área de atividade física e do desporto com habilitações académicas e profissionais cada vez mais elevadas.

É importante assegurar medidas que visem garantir uma boa regulação do mercado na linha da maior qualidade dos serviços prestados, assegurando, assim, aos clientes que adquirem serviços em segurança e qualidade.

Esta é também uma preocupação na linha das orientações europeias sobre esta matéria.

Mas não deixamos de fora todos aqueles que, ao longo dos últimos anos, foram trabalhando na região, embora possuidores de menores graus de formação, pois, a pensar neles, foi criado o período de transição que os mantém com a possibilidade de continuarem a trabalhar, mas o incentiva também a apostar na sua formação pessoal e profissional para, no futuro, poderem continuar a desempenhar estas funções.

Mas porque a realidade deste mundo da atividade física desportiva e do desporto lato está em permanente evolução, temos que ir mais além do que a mera regulamentação da atividade no tradicional contexto do espaço físico tipo ginásio.

Temos de regular a atividade das entidades prestadores de serviços desportivos, pois os fenómenos da prestação de serviços desportivos ocorrem cada vez mais em espaços diversificados, nomeadamente em meio natural, praias, parques, floresta, sendo necessário garantir que, independentemente do local onde o serviço é prestado, o cliente saiba e possa distinguir quem está devidamente certificado para desempenhar tal atividade profissional e beneficie das proteções legais que, até agora, só estavam pensadas para os espaços edificados. Esta última área que vos falei é inovadora no contexto do país.

Informo a Câmara que, obviamente, vamos votar favoravelmente este diploma.

Obrigado.

Presidente: Para participar no debate, tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu, no início,...

(Não, não frequento ginásios!)

... julguei que este diploma era um diploma bom e que era bem-intencionado, que seria de regulamentação da atividade, mas, afinal de contas, é um diploma cheio de armadilhas e a primeira é para o que dá jeito, o que não dá jeito a gente exclui.

O Deputado Aníbal Pires já chamou a atenção para um, que inquina o resto, mas, depois, o Sr. Secretário também exclui todas as atividades que sejam desenvolvidas em instalações integradas em complexos habitacionais, unidades hoteleiras ou empreendimentos turísticos de utilização exclusiva por parte dos respetivos moradores ou clientes. Ou seja, um ginásio num hotel, que é frequentado pelos clientes, não tem que ter supervisão técnica? Isso é um descalabro! Então, o senhor impõe a uns uma coisa...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É turismo de qualidade!

O Orador: ... e impõe a uns outra? Isso é absolutamente um descalabro! Quando até, na maioria dos ginásios (não sei se o Sr. Secretário frequenta algum ginásio), é exigido um certificado de robustez física para se inscrever no ginásio e muitas vezes um atestado médico, e o senhor vem...

Depois, oh, Sr. Secretário, os senhores agora passam títulos profissionais, o Governo? Então, o que os senhores propõem por aqui abaixo é, mais

uma vez, meter a mão no bolso aos açorianos e meter a mão no bolso a quem quer trabalhar, metendo a mão no bolso a quem investe. E mais! Ainda tem a arrogância de propor de revalidar a formação deles de cinco em cinco anos. Mas que formação tem a sua Secretaria ou a sua Direção para avaliar um licenciado em educação física? Os senhores vão avaliar como? E por quem? Por um tecnicozinho ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... nomeado político que está na Direção Regional que se calhar não tem capacidade para isso? Quem é que vai avaliar das áreas das licenciaturas na área do desporto? Por quem? Como? Por portaria dos senhores? Não pode ser.

E mais! Os senhores, mais à frente, ainda dizem que isto é válido por cinco anos e que os senhores só a revalidam se fizerem a sua formação, a formação imposta pelo Governo. Isso é ilegal, os senhores não podem impor! Quem dá essa formação são as universidades, são as faculdades, os senhores não têm esse poder,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... nem podem fazê-lo. Era só o que faltava os senhores, agora, virem regulamentar a medicina,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... virem regulamentar, obrigarem... Olhe, até deviam era pagar formação aos técnicos, aos médicos e enfermeiros e aos professores, que os senhores deixaram de pagar.

Mas repare-se, mais grave ainda, as pessoas tiram o curso, são licenciados, vão para a universidade e depois os senhores emitem-lhe um título profissional. Veja-se a arrogância disto. Ainda por cima, mediante o pagamento de uma taxa a definir por portaria conjunta dos membros do

Governo. Mas o que é isto? As pessoas têm a sua formação académica, têm a sua formação universitária e os senhores são competentes reconhecidos no seu currículo para exercerem essas funções e os senhores é que lhes dão um título profissional? O Governo Regional dos Açores? A Direção Regional? A Direção Regional? Isso é uma loucura! Isso é ilegal! Isso é soviético!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Isso é totalitarismo! É isso que os senhores estão a fazer! Ainda por cima...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... a sacar dinheiro a quem andou a formar-se sem os senhores terem dado um tostão para essa formação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E ainda por cima os senhores não garantem que em todas as ilhas isto seja possível, Sr. Secretário Regional.

Portanto, os senhores emitem agora, o Governo Regional dos Açores emite títulos profissionais mediante o pagamento de uma taxa, taxa essa que ninguém sabe quanto é. Oh, Sr. Secretário, eu já ouvi falar, aqui, há uns anos, que se compravam cartas de navegador de recreio, que se comprava isto, que se comprava aquilo, agora, compram-se, legalmente, títulos profissionais, os senhores vendem títulos profissionais. Isso é absolutamente escandaloso o que os senhores estão aqui a fazer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

A Mesa não tem, neste momento, ninguém inscrito.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Estão aqui em causa várias coisas, essencialmente o número 3 do artigo 1.º.

O número 3 do artigo 1.º prevê diversas exclusões àquilo que vem regulamentado em toda a proposta de DLR e prevê exatamente a exclusão daquelas atividades que já são supervisionadas, está aqui bem claro, muitas delas, e prevê também uma coisa que não podia deixar de prever que é a livre atividade individual. Nós não podemos ferir a liberdade dos cidadãos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... ao exercício de atividades físicas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não, não!

O Orador: É isso que está, efetivamente, em causa. Eu faço-as, vocês todos as fazem e obviamente que não precisamos de ter um polícia nem um instrutor efetivamente à perna. É isto que está em causa.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas o senhor quer pôr um polícia! É isso que o senhor quer fazer!

O Orador: Relativamente à outra questão, à alínea h), onde se fala, por exemplo, de empreendimentos turísticos, onde se fala de hotéis, o Governo, única e simplesmente, não quer controlar de mais, o Governo

quer controlar aquilo que necessário for. Essas entidades, essas instituições já, normalmente, possuem uma supervisão própria, que é reconhecida pela sociedade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Quanto aos títulos profissionais, a Secretaria Regional da Educação e Cultura limita-se, efetivamente, a passar uma licença, a passar uma certidão, a passar aquilo que lhe queiramos chamar, mediante o quê? Mediante a verificação, por parte dos interessados, de uma formação certificada.

E quanto à formação contínua de que aqui se fala, obviamente que não será nenhuma formação contínua que passe livremente pela cabeça dos dirigentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, é uma formação contínua, obviamente que prevista no âmbito do sistema nacional de qualificações, não poderá ser de outra forma.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que o senhor diz aqui!

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais: Sr. Secretário Regional, vai perdoar-me, mas aquilo que nós estamos a discutir é a aprovação, ou não, do regime jurídico da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física (*fitness*), nomeadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde estabelecidos na região Autónoma dos Açores, não estamos, é evidente que não estamos nem podíamos estar a estabelecer nenhum regime

jurídico para grupos de cidadãos que se organizam para ir percorrer os trilhos na nossa região ou grupos informais que se organizam para fazer *trekking* ou *trails*, enfim, o que muito bem se entender. É evidente que não, nem podíamos, Sr. Secretário. Mas não é sobre isso que nós estamos a legislar, não é sobre isso, Sr. Secretário.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É, é! É sobre isso também!

O Orador: É sobre a atividade física e desportiva que é desenvolvida por estas entidades que estão enunciadas na epígrafe do diploma. Portanto, Sr. Secretário, nada de confusões.

E, Sr. Secretário, a questão é a seguinte. É evidente que isto é a transposição de uma lei nacional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quero saber!

O Orador: ... e façam o favor de verificar na lei nacional se existe, de facto, alguma exceção do tipo daquela que foi criada por V. Ex.^{as} na alínea f). É evidente que não (É evidente que não!). Na lei nacional não está lá esta exclusão, nem podia estar. Isto não faz nenhum sentido, Sr. Secretário, e isto torna ineficaz todo o diploma, porque qualquer instituição pode, junto dos seus praticantes, perguntar, “Precisam de diretor técnico? Olhe, o melhor é não, porque...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sai mais barato!

O Orador: ... podemos abdicar do diretor técnico e isto fica mais baratinho”. E os praticantes até abdicam do diretor técnico. Portanto, Sr. Secretário, isto torna ineficaz um diploma que é um bom diploma, Sr. Secretário, é um bom diploma, como lhe disse inicialmente e eu não estava a ironizar. Portanto, Sr. Secretário, e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, atenção e elimine-se a alínea f) do diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só! E a h)!

O Orador: A alínea h), eu compreendo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: Eu compreendo a alínea h), até porque,...

Deputado André Bradford (PS): Já a alínea f) não!

O Orador: Pois não!

... por exemplo, o Deputado André Bradford, que até é praticante de ioga, em sua casa, promove, no seu relvado, algumas aulas de ioga e convida algumas pessoas para lá; não precisa, não deve necessitar de diretor técnico para promover as suas aulas de ioga, Sr. Deputado. Agora, nós não estamos a falar disso. Aliás, e todas as outras exceções, esta e todas as outras exceções são perfeitamente compreensíveis e, aliás, estão na lei nacional. Esta exclusão prevista na alínea f) não tem nada a ver com especificidades regionais, não tem nada a ver nem com adequação nenhuma à nossa realidade e torna ineficaz o diploma (torna ineficaz o diploma!).

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há aqui uma coisa que sejamos claros, Sr. Secretário. O senhor ainda está a introduzir aqui uma concorrência desleal relativamente aos hotéis, é que há um empresário, como queira chamar, que tem um centro de *fitness* ao lado do hotel, esse tem que cumprir os requisitos todos: tem que ter o diretor técnico e esses requisitos todos; o que tem no hotel já não tem que cumprir.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):

Tem!

O Orador: Isso é concorrência desleal, isso é favorecer uns e prejudicar os outros, mesmo ao lado. E há casos na nossa terra...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tantos!

O Orador: ... mesmo ao lado, Sr. Secretário, de gente que paga impostos e até há quem, depois, vá para o hotel e esse não tem obrigações nenhuma. Então, no hotel pode ser qualquer pessoa. Pode ser o porteiro que fique a tomar conta do ginásio e a dar as toalhinhas. Pode ser, Sr. Secretário? Mas se for um empresário que invista do seu bolso, que contrate gente, que crie emprego, esse já tem que ser fiscalizado, esse tem que ser sujeito a ações de formação. Oh, Sr. Secretário, não pode ser, isso é desleal da parte de um Governo e a intromissão do Governo numa coisa que não tem competência, que é avaliar da formação universitária das pessoas...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: ... e da formação profissional das pessoas. Os senhores não têm competência para isso.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: Nem na educação física, nem na enfermagem, nem na medicina, nem na engenharia, nem no que quer que seja. Os senhores podem regulamentar a atividade, não podem regulamentar...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso já existe no país todo!

O Orador: O exercício da atividade tem de ser regulamentado pela respetiva entidade formativa, sejam as ordens, sejam os sindicatos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... sejam associações de fisioterapeutas ou de professores de educação física ou o que quer que seja. Isto não é a ex-União Soviética e não é, enfim, um regime...

E, depois, Sr. Secretário, o senhor diz que... Oh, Sr. Secretário, o senhor acabou de dizer aqui que se trata da emissão de uma mera licença? É isso mesmo que queria dizer? Porque o que está escrito no artigo 10.º, “O candidato que pretende obter título profissional de diretor técnico...”, não é obter a licença para abrir o seu estabelecimento ou o seu ginásio ou o seu centro de *fitness* e pagar uma taxa por isso, os senhores estão a dar um título profissional, não têm competência para isso (Não têm competência para isso!). E mais! Obrigam a pagar uma taxa, “... título profissional de diretor técnico ou técnico de exercício físico”. Os senhores não têm competência para fazerem isso. E mais! Depois, os senhores não têm a competência é que “O título profissional caduca sempre que o seu titular não frequente com aproveitamento ações de formação contínua nos termos e condições a definir por portaria do membro do Governo”.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso acontece no país todo!

O Orador: Mas os senhores agora é que vão regulamentar o exercício, os conteúdos universitários e curriculares da formação superior, por exemplo, em ciências do desporto? São os senhores que vão fazer essas ações de formação? Era só o que faltava os senhores fazerem isso. E, depois, ainda por cima, os senhores impedem que exerça a sua atividade. Portanto, não se trata de uma mera licença, trata-se dos senhores quererem regulamentar uns, beneficiar outros e os que não interessa ficam todos de lado.

Portanto, isto é um mau diploma, isto é um diploma que não vem regulamentar coisa nenhuma.

E, depois, ainda no artigo 14.º, “É obrigatória a presença de diretor técnico nas instalações desportivas durante metade do período de

funcionamento diário e no mínimo de uma hora”. No outro tempo já não precisa? Ou quem não tem um substituto? De manhã, o diretor técnico está lá; à tarde, já não precisa estar, já pode estar todo o tempo? Ou o diretor técnico supervisiona e é o responsável por isso e tem os seus técnicos a trabalhar, Sr. Secretário? Exigir a presença física, porquê? Mas, logo a seguir, vem o outro número. Portanto, Sr. Secretário, isto é um arrazoado por aqui abaixo, para o senhor ter o *Manual de Operações de Atividades Desenvolvidas*, isso, então, o *Manual de Operações de Atividades Desenvolvidas*, eu acho que já nem a União... Isto já nem na Coreia do Norte, Sr. Secretário Regional, *Manual de Operações das Atividades Desenvolvidas*, “O manual de operações deve seguir as recomendações gerais e específicas que são aprovadas por portaria do membro do Governo Regional...”. Quer dizer, as pessoas têm que ter o manual de operações, mas quem faz o manual de operações é o Sr. Diretor Regional. Isto é para rir, Sr. Secretário, isto é uma anedota, não é um arrazoado, isto é uma anedota por aqui abaixo, *Manual de Operações das Atividades Desenvolvidas*, que “deve seguir as recomendações gerais e específicas [note-se] que são aprovadas por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de desporto”. Não sei quem será, mas há de ser um diretor regional que até pode ser licenciado em filosofia. E “O manual de operações deve ser afixado na entrada e nas áreas de prática de atividade física desportiva, em local visível para os clientes”, menos dos hotéis, que esses não precisam de ter nada afixado. Sr. Secretário, eu podia continuar por aqui abaixo...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É melhor não!

O Orador: ... com este arrazoado de, enfim, não vou adjetivar, mas de incongruências, que não faz sentido, é mais uma maneira de irem buscar e

taxarem as pessoas que querem trabalhar, sacarem dinheiro às pessoas, por tudo e por nada, paga taxas e mais taxinhas, portanto, os senhores estão a taxar quem já paga impostos, quem já cria emprego e os senhores ainda lhe vão taxar, criando um título profissional, não é uma licença, é um título profissional, que eu duvido que os senhores tenham capacidade para o criar, e disso farei a devida alerta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, não conseguimos ver aqui esclarecidas algumas questões que foram colocadas pelo Sr. Secretário e eu gostava de lhe fazer duas perguntas muito simples, que eu penso que o senhor poderá esclarecer-nos e tirar-nos as dúvidas e, efetivamente, nós aí já podemos tirar alguma conclusão sobre o artigo 1.º, ponto número 3.

A primeira questão que eu gostaria de lhe colocar é, por exemplo, um ginásio que abra ao público, se os seus utilizadores não quiserem ter...

Deputado Francisco César (PS): Mas é um ginásio que o senhor frequenta ou não frequenta?

O Orador: ... um diretor técnico, o ginásio tem ou não tem que ter um diretor técnico? Se os seus utilizadores, que utilizam o ginásio, disserem, “Nós não queremos ter diretor técnico”, o ginásio é ou não é obrigado a ter diretor técnico?

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Mas o que é que o senhor não percebeu de “praticantes”? Diz praticantes, não utilizadores!

O Orador: A segunda questão que eu gostaria de lhe colocar, por exemplo, um ginásio que esteja aberto num hotel ou numa unidade

hoteleira tem ou não tem obrigação de ter um diretor técnico e um técnico?

Gostaria de lhe colocar essas questões, por forma a que nós possamos saber e ficar elucidados sobre, nomeadamente, este artigo 1.º.

Obrigado.

Presidente: Agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá a ver se a gente se entende relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai lá! Vai tirar o curso!

O Orador: Não, eu tenho curso nessa área, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem!

O Orador: Começando pela questão dos cursos e respondendo diretamente ali ao Sr. Deputado Artur Lima. Sr. Deputado, ouça com atenção, porque pode servir para alguma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouço-o sempre com atenção!

O Orador: Ora aí está! Muito obrigado pela atenção.

No artigo 7.º do capítulo 3 diz o seguinte: “Requisitos de obtenção do título profissional de diretor técnico. Podem ter acesso ao título profissional de diretor técnico os candidatos que satisfaçam um dos seguintes requisitos”. Um! “A) Licenciatura nas áreas do desporto, educação física ou similares. B) Qualificações profissionais reconhecidas nos termos da Lei n.º 9/2009”. Sr. Deputado, uma dessas é diferente daquilo que o senhor afirmou.

O senhor afirmou que, na área da formação, haveria, da parte da Secretaria Regional, nomeadamente a Direção Regional de Desporto,

uma, o senhor utilizou termos da União Soviética, qualquer coisa parecida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pior do que isso!

O Orador: Pior do que a União Soviética!

Oh, Sr. Deputado, naturalmente que uma pessoa que é licenciada em educação física e desporto...

(Está a ouvir, Sr. Deputado?)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou! Eu ouço-o sempre com atenção!

O Orador: ... é diferente de todos aqueles que exerceram, ao longo dos anos - por isso temos, aqui, no documento, uma norma transitória -, com *workshops*, com cursos que, na área do desporto, a gente chama de *master classes*...

Sabe o que é, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sei!

O Orador: Pronto!

... que tenham a oportunidade de, atualmente, continuarem a exercer, em algumas situações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a correr mal!

O Orador: ... os donos dos próprios ginásios, em outras, alguns que tiraram formações para trabalhar nesses postos de ginásios, e o que este documento pede e exige é que haja formação. Se o senhor não sabe, vai ficar a saber, hoje, porque eu vou dizer-lhe,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe a arrogância!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, isso não é arrogância nenhuma!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Se não sabe, vai ficar a saber”, o que é que é mais arrogante?

O Orador: Se o senhor interpreta isso como arrogância, eu peço imensa desculpa!

Se o senhor não sabe, eu faço questão de lhe explicar.

Todas as atividades desportivas, nomeadamente treinadores de futebol, treinadores de natação, treinadores de vólei, de basquete...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De bancada!

O Orador: ... obedecem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os treinadores de bancada?

O Orador: ... são-lhes exigidos créditos para manterem a sua carteira de treinador. O que nós queremos aqui, e já respondendo ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, o Sr. Secretário vai ter oportunidade de responder, mas eu posso responder-lhe também, quando diz que um ginásio precisa de um diretor técnico, mesmo que os seus clientes não o queiram, claro que precisa. O que diz aqui é as atividades físicas desenvolvidas, no artigo 1.º: “Atividades que sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico por vontade expressa dos praticantes”. Vou dar-lhe um exemplo. Há um ginásio aqui, no Faial, que tem uma equipa de *trail run* que não é enquadrada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o seu?

O Orador: ... não tem enquadramento técnico. Toda a atividade desenvolvida é feita fora do ginásio. Aqui é que está a diferença, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro!

O Orador: Não, não! Eu estou a responder-lhe a si também, Sr. Deputado! Sim! Eu estou a responder-lhe a si também!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A mim, nessa matéria, o senhor não me ensina rigorosamente nada!

O Orador: Peço desculpa!

A verdade é que este diploma vem ao encontro da quantidade de clientes praticantes de atividade física e de desporto na RAA e o que este diploma permite é, de alguma forma, facilitar o acesso a essas instalações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este senhor é proprietário de um ginásio!

O Orador: ... mas com segurança, com qualidade, permitindo, sempre que haja formação, que seja tutelada pela Direção Regional do Desporto, porque, efetivamente, deve ser tutelada pela Direção Regional de Desporto, vem ao encontro também das normas europeias, que o país já adaptou e que a RAA adaptou, naturalmente que adapta e chama a si a responsabilidade dessa matéria. Eu não vejo em que ponto algum é que a Direção Regional do Desporto da Secretaria Regional da Educação ao chamar a si a formação está a utilizar isto como algo pior do que a União Soviética...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ex-União Soviética!

O Orador: Ex-União Soviética!

Isto não faz o mínimo sentido.

Isto é um diploma que assegura a segurança, assegura o bem-estar, assim como a qualificação dos diretores técnicos, tem uma norma transitória que valoriza claramente todos aqueles que têm desenvolvido a sua atividade desportiva, ao longo desses anos, nunca esquecendo os clientes, os praticantes. É aqui que a gente se deve centrar. Isto regulamenta e, em bom rigor, a regulamentação deve existir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso sim!

O Orador: E o que este diploma faz e bem é regulamentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Faz tudo menos isso!

O Orador: Em relação, também para explicar, à permanência do diretor técnico ou não no próprio ginásio, naturalmente que um ginásio que abre às 8 horas da manhã e fecha, alguns fecham às 10 horas da noite, outros às 11 horas, outros à meia-noite, naturalmente que um diretor técnico não pode fazer esse horário contínuo,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): “Diretor de farmácia”!

O Orador: ... por isso se chama, e também está aqui presente no diploma, coadjuvância.

Coadjuvância é quando outro elemento do *staff* técnico é coadjuvante do diretor técnico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é?

O Orador: Também está aqui, Sr. Deputado. “Requisitos de obtenção do título profissional de diretor técnico, requisitos de obtenção do título profissional de técnico de exercício físico.” São coisas diferentes, Sr. Deputado.

Eu penso que consegui explicar e penso que o senhor também percebeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não explicou nada! Quem é que substitui o diretor técnico?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Eu acabei de explicar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Não explicou nada!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Vamos fazer, então, o nosso intervalo e recomeçamos às seis e meia.

E eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de nos encontrarmos aqui na Mesa, se faz favor. Já e cinco minutos.

Eram 18 horas e 07 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa.)

Eram 19 horas e 12 minutos.

Presidente: A Mesa não tinha inscrições. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Já aqui aduzi os meus argumentos, o Sr. Secretário ainda não me respondeu, mas este diploma tem mais uma curiosidade, Sr. Secretário, é que o senhor acabou de criar mais uma profissão em Portugal.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):

Mais uma quê?

O Orador: Profissão. Eu fui ao registo nacional das profissões a ver se constava lá a profissão de diretor técnico e não encontrei. Tem professor, tem engenheiro, enfim, tem uma série, agora, diretor técnico não existe. Portanto, Sr. Secretário, isto é mais uma irracionalidade deste diploma, que vem criar títulos profissionais.

E não é um mero certificado, porque o senhor, depois, no artigo 10.º, no ponto 5, diz, “Os títulos profissionais devem ser emitidos pela direção regional competente em matéria de desporto”, os títulos profissionais; não é uma mera licença. Portanto, Sr. Secretário, se alterar isto para licença de funcionamento, enfim, e que a unidade tenha que ter um diretor técnico licenciado em educação física que cumpra os requisitos nos termos da Lei n.º 9/99, sim, senhor. É uma unidade de educação física, de *fitness*, etc., que precisa, para o seu licenciamento, de ter um diretor técnico que cumpra os requisitos do n.º 7, das alíneas a), b) e c). Portanto, está resolvido, resolve tudo. Assim, não resolve nada e que paga, se quiser, uma taxa de, obviamente, abertura ou de funcionamento, etc., etc..

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): De licenciamento!

O Orador: De licenciamento!

Agora, a atribuição de um título profissional? Fiscalizar? A formação das pessoas, quando os senhores não tiveram uma única responsabilidade em formar as pessoas, que se formaram numa universidade idónea? Os senhores exigem? E, depois, nos hotéis, pode ser à grande e à francesa, que não faz mal. Nos hotéis, pode ser quem quiser, faz, não faz, tem diretor técnico, pode ser o porteiro, pode não ser.

Nós vamos fazer entrar, se tivermos tempo, alguma proposta de alteração sobre esta matéria. Agora, sinceramente, parece-me que este diploma está um bocadinho mal urdido e, se calhar, o melhor era mesmo retirar e reformular isto de novo e esperar para a próxima legislatura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem condições!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Apenas algumas referências, obviamente que correlacionadas com algumas das intervenções que aqui foram produzidas.

Disse-se, em determinada altura, que isto era, de certa forma, a reposição, nos Açores, de uma lei nacional; gostaria, portanto, de sublinhar que esta proposta de DLR é uma iniciativa própria, não é uma mera reposição de uma lei nacional, claro que é uma iniciativa própria, que não ignora, como, obviamente, não poderia ignorar, a legislação quer nacional, quer europeia.

Questões mais concretas. Sobre a supressão da alínea f) do n.º 3 do artigo 1.º, requerida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, e, pese embora o âmbito desta proposta de DLR, fazê-lo era quase que desrespeitar um direito constitucional de um cidadão, de um grupo de cidadãos que tem a liberdade de desenvolver atividade física independente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Veja o título do diploma!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Veja o título do diploma. O objeto do diploma não é sobre isso!

O Orador: Relativamente à alínea h), sobre a atividade física desenvolvida em unidades hoteleiras, em empreendimentos turísticos, se tais ginásios localizados em unidades hoteleiras, localizados em empreendimentos turísticos estiverem abertos ao público, terão de cumprir, naturalmente, a legislação; se tais ginásios localizados em unidades hoteleiras, em empreendimentos turísticos se destinam exclusivamente aos seus hóspedes, cumprem, naturalmente, as regras do hotel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não está aqui escrito!

O Orador: Isto funciona em Portugal assim; isto funciona em toda a Europa da mesma maneira.

Outra questão. A Secretaria Regional da Educação e Cultura, concretamente a Direção Regional do Desporto não faz avaliação de formação universitária; a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional do Desporto, faz somente a verificação administrativa de formação. Para quê? Para conferir uma autorização, para conferir um título de trabalho, exclusivamente.

Em redor disto, obviamente que se paga uma taxa. Aliás, sobre isto, paga-se taxa no continente. Se nós não cobrássemos uma taxa nos Açores, estávamos a abrir as nossas fronteiras para que aqui acessem todos aqueles que carecem de autorização, que é válida para o país todo, e inundávamos as nossas secretarias.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional do Desporto, não inventa formação contínua, obriga, simplesmente, à frequência da formação contínua prevista no sistema nacional de qualificação.

Quanto à questão do diretor técnico, é bem natural que o diretor técnico não esteja no ginásio o tempo todo. Alguns destes ginásios funcionam das 10 horas da manhã às 10 horas da noite, seria impossível manter um diretor técnico todo este tempo no ginásio e se ele permanecesse todo este tempo no ginásio, financeiramente certamente que inviabilizava a saúde financeira da entidade patronal.

Aliás, os hospitais funcionam 24 horas sobre 24 horas, não tenho a notícia de que os diretores clínicos tenham de estar lá o tempo inteiro. Na

ausência do diretor técnico, obviamente que os técnicos de exercício físico...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas onde é que está isso aqui?

O Orador: ... cumprem as determinações que ficaram exaradas.

Finalmente, sobre as duas questões mais curtas levantadas pelo Deputado Cláudio Almeida, se calhar já foram respondidas, mas respondo muito rapidamente. Um ginásio para estar aberto ao público tem de ter um diretor técnico; um ginásio de hotel, se estiver aberto ao público, tem de ter um diretor técnico.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

No âmbito da discussão que estamos aqui a efetuar, já se verificou que muitas das críticas que têm aqui sido apontadas por diversos partidos da oposição são críticas que são muito objetivas em que, de facto, o Sr. Secretário Regional teve muita dificuldade em explicar estas questões. Tanto assim é que o Partido Socialista já está a começar a apresentar alterações em relação a questões mais gritantes, como, por exemplo, esta questão aqui dos hotéis, mas, mesmo assim, não resolve a questão de facto, porque o Partido Socialista está a alterar a questão dos clientes e altera para hóspedes, mas mantém a situação em relação aos hóspedes, em que há também uma exclusão da obrigatoriedade da aplicação do presente diploma.

Depois, há umas questões mais específicas. É que o grau de exigência que é aqui feito, por exemplo, faz com que em muitas ilhas e em comunidades mais pequenas e mais periféricas este conjunto de regras que aqui estão estabelecidas pura e simplesmente não é possível concretizar. Não é possível concretizar este conjunto de regras que aqui se estão a descrever. Portanto, também cria aqui critérios de desigualdade gritante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é para proteger!

O Orador: Eu considero que, de facto, nós temos aqui um conjunto de lacunas, temos aqui um conjunto de conceitos que estão muito mal-esclarecidos e que o melhor era, de facto, que se adiasse a aprovação deste diploma e que voltasse no início da próxima legislatura.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é que era bom!

O Orador: Portanto, neste momento, avançar com esta legislação, cheia de lacunas, com problemas graves, e vamos verificar que vai provocar problemas tremendos aos ginásios que já estão estabelecidos, que vai provocar problemas tremendos a um conjunto de empresários e também a um conjunto de clientes destes ginásios. Portanto, eu considero que, neste momento, se está a prestar um muito mau serviço a esta área e a este conjunto de pessoas.

Deputado André Bradford (PS): Na próxima legislatura traz um diploma a revogar este!

O Orador: Portanto, o desafio que eu lanço aqui é que o Governo abandone esta iniciativa, que a melhore e que, na próxima legislatura, este assunto volte a ser debatido nesta Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, o argumento que utilizou para rebater a proposta e aquilo que tem sido a minha afirmação relativamente à alínea f) do número 3 do artigo 1.º carece de uma melhor justificação, Sr. Secretário, e eu, permita que lhe diga, V. Ex.^a tem capacidade política e intelectual para arranjar uma outra justificação, até pelo seguinte. Foi refugiar-se na Constituição e nos direitos individuais; então, mas na lei nacional esta situação não está prevista, que a isto podemos, eventualmente, inferir que a lei que faz o enquadramento a nível nacional vedou e privou os cidadãos nacionais de um direito, não me parece, Sr. Secretário.

Aliás, V. Ex.^{as}, neste diploma, têm aqui, de facto, esta nuance. É que na elencagem do âmbito e da exclusão da não aplicação da regulamentação a nível nacional e no que diz respeito a nível regional, há aqui algumas “nuancezinhas”. Tem dois pontos a nível nacional, aqui, um dos pontos passou a alínea, o que não tem nada de mal, não tem problema nenhum, mas tem, de facto, esta nuance, Sr. Secretário, porque todas as situações que aí estão previstas, nós até concordamos com elas, com a exceção dessa, porque essa, de facto, permite a qualquer instituição dispensar um diretor técnico, basta para isso que os praticantes, os clientes, quem quer que seja, digam que dispensam um diretor técnico. É isso que essa alínea permite e é isso que essa alínea...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Aníbal!

O Orador: ... vai transformar em ineficaz este projeto de diploma do Governo Regional, que, como lhe disse logo na minha primeira

intervenção, está muito bem desenhado, muito bem adequado à realidade nacional, não fosse esta pequena lacuna.

V. Ex.^a pode confrontar-se futuramente com a não aplicação deste regulamento por parte de alguns ginásios, basta que eles aleguem esta exceção que lhes é conferida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os clientes não querem!

O Orador: ... pela alínea f) e, digamos, os utilizadores dizerem que dispensam o diretor técnico. E, depois, V. Ex.^a, como é que aplica as coimas? Como é que as aplica? A questão é tão somente essa, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é só para proteger alguém!

Deputado Berto Messias (PS): Já cá faltava!

O Orador: Portanto, admitir...

Oh, Sr. Secretário Regional, eu julgo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deve ser o Lúcio!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Deputado, isso é que é arrogância! Deve ser o Lúcio porquê?

O Orador: ... que ficaria perfeitamente claro com a eliminação da alínea, sob pena de V. Ex.^a ser confrontado com aquilo que eu lhe estive a dizer agora, que é que qualquer estabelecimento deste tipo, ao abrigo da alínea f), não dispensar um diretor técnico e este diploma e todo o trabalho que houve para o fazer não servirá de nada por causa de uma alínea, que não tem a ver com direitos e com liberdades individuais, mas tem a ver com, neste caso,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente.

... apenas e tão somente, o não reconhecimento de um erro que foi cometido na redação do diploma, que é tão somente isso, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e obrigado pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o Sr. Secretário já aqui esclareceu as dúvidas que coloquei, mas o que é certo é que algumas das nossas dúvidas também eram dúvidas, com certeza, do PS, não fossem as propostas de alteração já efetuadas pelo Partido Socialista e esta última proposta de alteração, e bem, vem, de facto, digamos que especificar melhor como é que se irá proceder à atividade de ginásio nos hotéis. Com essas propostas de alteração, poderia aqui dizer que o vosso diploma foi feito em cima do joelho para surgirem aqui diversas propostas de alteração, mas o que é certo, e bem, o Partido Socialista reconheceu este facto e alterou o diploma, e tenho pena que o Sr. Secretário não o tivesse reconhecido anteriormente, ou seja, logo de início, quando se colocou essa questão no debate.

Em relação ao artigo 1.º, n.º 3, alínea f), eu acho que era importante, e faço-lhe essa questão, Sr. Secretário, que se esclareça aqui o que é que são atividades físicas desportivas, o que é que o Sr. Secretário entende por atividades físicas desportivas. E vou dizer-lhe por quê. Porque, em relação à alínea f), “Sejam desenvolvidos sem enquadramento técnico por vontade expressa dos praticantes”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto está a complicar-se, Sr. Secretário!

O Orador: É porque, por exemplo, as atividades físicas desportivas de ginásio, e há aquelas que não são, um atleta que vai ao ginásio, por exemplo, praticar *fitness* ou cardio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as saunas?

O Orador: ... enquadra-se na atividade física desportiva, mas, por exemplo, num ginásio que tem futebol, futsal ou futebol de rua também se enquadra na atividade física desportiva? Questiono-lhe isso porque, por aquilo que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues referiu, há pouco, por exemplo, um ginásio que tenha uma equipa de *trail run* ou de futebol de rua está isenta, ou seja, enquadra-se nesta alínea?

Por isso eu penso que era importante esclarecermos aqui o que é que o Sr. Secretário entende por atividade física desportiva.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é uma pergunta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Cláudio Almeida deixou-o completamente encostado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Srs. Deputados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhoras e senhores!

O Orador: Senhoras e senhores, vamos lá a ver se a gente se recentra no diploma, naquilo que está, efetivamente, escrito no diploma e vamos começar pelo seguinte.

O que a Direção Regional do Desporto faz não é a criação de novas profissões, é um serviço administrativo de conferir a habilitação efetiva para ser diretor de um ginásio. Aliás, a Direção Regional do Desporto já o

faz para todas as infraestruturas desportivas da região que não sejam da competência do parque desportivo regional do Governo, por exemplo, dos nossos municípios, das piscinas municipais. Isso é uma coisa que já acontece, é conferir o título a quem efetivamente tem habilitações para exercer essa atividade.

Em relação às propostas de alteração, eu quero só deixar aqui claro. Os diplomas quando vêm a esta Casa estão sujeitos a propostas de alteração. Não é a primeira nem vai ser a última vez que um diploma, quer seja proposto pelo Governo, quer seja por qualquer representação ou grupo parlamentar aqui presente nesta Casa que tenha que estar tudo correto; as propostas de alteração servem para serem feitas. O que nós fizemos, e no caso da proposta de alteração que entregámos na Mesa relativa à questão de substituir clientes por hóspedes, nós, efetivamente, chegámos à conclusão que a palavra clientes poderia, de alguma forma, equivocar a questão de estar aberto ao público. Ou seja, um ginásio de um hotel que preste serviço público a pessoas que não são hóspedes do hotel, se a palavra clientes podia ser clientes do hotel ou clientes do próprio ginásio, por isso substituímos para hóspedes, porque um hóspede que vem de qualquer parte do mundo e que queira fazer a sua atividade física regular (Eu penso que quase todos nesta Casa fazem, se não fazem, aconselho a fazer!), chega lá e quer andar na passadeira, quer fazer bicicleta, seja qual for o equipamento em causa, tem que ter a liberdade de fazer a sua atividade física sem ser, de alguma forma, regulamentada. E aqui é que está a questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso não regulamenta a atividade física!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é prestação de serviços. Não é atividade que o indivíduo possa fazer individualmente. Nem na União Soviética é assim!

O Orador: Qualquer prestador de serviços, e no artigo que está aqui em causa, no artigo 1.º, o ponto 1 regulamenta para os ginásios, o ponto 2, e eu vou citar, “O presente diploma aplica-se ainda a atividades desenvolvidas em instalações abertas ao público que sejam dotadas de equipamento para o treino da força, manutenção ou recuperação da condição física”. Por exemplo, há, na nossa região, instituições de outro carácter, por exemplo, uma filarmónica, que tem um CCD, um Centro de Cultura e Desporto, que tem equipamentos de força, mesmo na área do *fitness*, como bicicletas, passadeiras, seja lá o que for, também fica obrigado a este regulamento. E aqui é que está a questão. O ponto 3, “Excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas desportivas que:...” , alíneas por aí fora, chega à alínea f), que é aquela que o Sr. Deputado Aníbal Pires tem referenciado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E que não está na lei nacional!

O Orador: ... “sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico, por vontade expressa dos praticantes”. Por exemplo, o CCD da Assembleia, à quarta-feira, faz atividade física no Complexo Desportivo Escolar Manuel de Arriaga, com os deputados, com todos os elementos que compõem o CCD, e oferece essa atividade, naturalmente que isso não tem que estar enquadrado com um diretor técnico, não faz sentido nenhum. A atividade física é uma coisa, o desporto acompanhado é outra. E aqui é que está a diferença.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta-me é tempinho! Mas isso é demagogia!

O Orador: Eu penso que...

Oh, Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse exemplo não resolve rigorosamente nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, mas qual demagogia com este diploma? Não faz o mínimo sentido o que o senhor está a dizer! Isso não faz o mínimo sentido!

Eu gostava também, o Sr. Deputado Artur Lima perguntou, deixou no ar a questão de onde estava descrito no diploma a questão da coadjuvância. No capítulo 4, no artigo 14.º, fala na presença e identificação do diretor técnico e do técnico de exercício físico, no ponto 1 diz: “É obrigatória a presença do diretor técnico nas instalações desportivas durante metade do seu período de funcionamento diário e no mínimo de uma hora”. Ponto 2: “Sem prejuízo dos disposto no número anterior, não é permitido o desenvolvimento de atividades sem a presença e orientação de um diretor técnico ou de um técnico de exercício físico...” ,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é para beneficiar alguém à última da hora!

O Orador: ... que é o coadjuvante ou diretor técnico. Está espelhado, está descrito no diploma. Eu não estou a perceber a confusão. Ok! Eu percebo que, de alguma forma, não tenham que perceber todos esses termos técnicos que estão aqui explanados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas que termos técnicos!?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é que é humildade!

O Orador: Mas, a questão do título, ninguém vai dar um curso superior, a Direção Regional do Desporto não vai, de forma nenhuma, nem tem

apetência para dar um curso superior a quem já tem um curso superior. Agora, o Sr. Secretário já disse e eu vou dizer outra vez: a emissão de um título é conferir as habilitações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode conferir habilitações!

O Orador: ... seja do indivíduo A, B, C ou D...

Então, não pode conferir habilitações? Pelo amor de Deus! Então,...

(Diálogo entre a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares e o Deputado Artur Lima)

O Orador: Oh, Srs. Deputados!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Autorizações sim, habilitações não!

O Orador: Sr. Deputado,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Reconhecer, conferir, seja lá o que queiram chamar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é a mesma coisa!

O Orador: A verdade é que o que a Direção Regional do Desporto faz, e faz bem, é, de alguma forma, avaliar as candidaturas que são feitas a diretor técnico de um professor de educação física ou de outro que queira ter as habilitações de um diretor técnico o faça para saber se realmente as pessoas são formadas em desporto, se os indivíduos em causa têm formação desportiva no sentido de poderem exercer essas funções. E a emissão do título é isto mesmo. Isto já acontece, Srs. Deputados. Isso acontece, por exemplo, já disse e vou referir, para todas as infraestruturas municipais da região. Isto é que é demagogia! O que os senhores estão a fazer é que é demagogia, isto está tudo espelhado aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Meu Deus!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O espelho está rachado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: (Sr. Deputado, calma!)

Antes de mais, o Sr. Secretário ainda não me respondeu à questão que lhe coloquei, que tinha gosto, com todo o gosto que tinha de ouvir a sua resposta, que eu penso que seria importante para nos esclarecer sobre essa questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dessa não se vai escapar!

O Orador: Em relação àquilo que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues reafirmou aqui, eu percebo onde é que o senhor quer chegar e até concordo em parte com aquilo que o senhor diz em relação às filarmónicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todos vão perceber!

O Orador: ... aos centros culturais e recreativos que podem ter ginásio para os seus sócios e associados, mas este regime jurídico que está aqui...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para prestadores de serviços!

O Orador: ... não é para isso, Sr. Deputado. Esse regime, e vou ler-lhe o título da proposta de DLR apresentada, aqui, pelo Governo Regional: “Aprova o regime jurídico da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física, designadamente ginásios, academias ou clubes de saúde estabelecidos na Região Autónoma dos Açores”. Entidades que prestam serviços. Que eu

saiba, o exemplo que o Sr. Deputado referiu aqui, há pouco, não são entidades que prestam serviços.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É um exemplo!

O Orador: Uma filarmónica ou uma associação recreativa não presta um serviço...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ou o CCD da ALRAA!

O Orador: ... na área dos ginásios, tem um ginásio para os seus associados poderem praticar.

Portanto, não me parece que isso se enquadre aqui.

Eu percebo onde é que o senhor quer chegar, mas continuo com dúvidas em relação a este ponto, Sr. Secretário, e penso que é importante esclarecer aquela questão que lhe fiz aqui, para percebermos, efetivamente, de que é que se trata.

O Orador: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, venho aqui fazer um esclarecimento. Já foi parcialmente realizado pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (Ainda não tinha terminado! A esta hora já não somos tão rápidos!), mas a verdade é esta. O exemplo que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues deu não é um exemplo correto.

Como o Sr. Deputado Aníbal Pires bem referiu, esta exceção diz respeito às entidades e eu vou ler o objetivo e âmbito de aplicação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O objeto e âmbito de aplicação é o seguinte: “O presente diploma estabelece o regime jurídico da responsabilidade técnica pela

direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física, designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde”. Ou seja, ginásios, academias ou clubes de saúde, prestam estes serviços. Ora, o exemplo do CCD...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O CCD da ALRAA não se integra!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Óbvio que não!

O Orador: ... não se integra no objeto e âmbito de aplicação deste diploma.

Portanto, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, pura e simplesmente, não leu o objeto e âmbito de aplicação da presente legislação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É o que me parece absolutamente evidente.

Portanto, eu não diria que o seu exemplo é falacioso, eu diria que o seu exemplo é completamente errado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ninguém diria que a esta hora estaria nesta forma!

O Orador: Em segundo lugar. A questão que aqui se referencia é o seguinte. “Cabe, pois, ao Governo Regional, enquanto órgão máximo responsável pela condução da política regional, adotar as medidas adequadas para que essas atividades físicas desportivas decorram em segurança e em prol do bem-estar e saúde dos praticantes.” Este é o objetivo que a legislação refere, logo no início.

Ora bem. Como aqui já foi referenciado por diversos partidos políticos, esta alínea que diz, alínea f), “Sejam desenvolvidas sem enquadramento

técnico por vontade expressa dos praticantes”, ou seja, excluiu-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas desportivas que sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico por vontade expressa dos praticantes. Ora, de facto, aquilo que tem vindo a ser defendido, quer pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, quer pelo Sr. Deputado Artur Lima, no sentido de que isto inviabiliza todo o diploma, é verdade, porque alguém que não tenha estas condições ou não as queira criar, pode, pura e simplesmente, distribuir por todos aqueles que utilizam o ginásio um documento em que os mesmos dizem que não pretendem, como aqui diz, por vontade expressa, pretendem que as suas atividades, no âmbito deste ginásio, sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico.

Portanto, com duas linhas, conseguimos destruir em absoluto o diploma.

(Aparte inaudível da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

O Orador: “Por vontade expressa dos praticantes”, Sra. Secretária, “... por vontade expressa, exclui-se [Oiça, eu vou repetir!] do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas desportivas que sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico, por vontade expressa dos praticantes”. Basta que o ginásio...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É muito difícil perceber?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é só assinar a folha de inscrição!

O Orador: ... consiga recolher esta vontade por parte de todos os praticantes, não aplica, Sra. Secretária. Qual é a dúvida? Mas qual é a

dúvida? Oiça! Oiça uma coisa! São duas linhas que podem... Eu tenho a certeza que farão assim. Até vos vou dizer como é que vão fazer. No ato de inscrição no ginásio,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: ... está lá para assinarem que não necessitam de acompanhamento técnico. É isto que vão fazer! E, pronto, a partir daí, a legislação não se aplica, meus senhores. Isto é tão...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Oh, meus senhores!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Eu não vejo, eu não percebo como é que homens inteligentes, que se sentam...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem todos são inteligentes!

O Orador: ... aí desse lado e deste lado, homens e mulheres inteligentes, não compreendem este argumento. Este é um argumento irrefutável. Este argumento é irrefutável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso é aquecer os motores!

O Orador: Exatamente!

Portanto, os senhores têm que reconhecer que, de facto, destrói, porque isto cria aqui um caminho de não aplicação de todo o diploma. Isto, para muitos ginásios e para muitas... pura e simplesmente, não se aplica. Portanto, meus senhores, aqui, os senhores têm que reconhecer que, ao criarem esta exceção,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Qual exceção!

O Orador: ... tiram qualquer...

Qual exceção?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor leia o n.º 1 e o n.º 3!

O Orador: Então, mas é aquilo que está aqui escrito!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor não percebe!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, ah, eu é que não percebo?! Então, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues vem aqui com um exemplo do CCD...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... quando aqui se diz que são entidades que prestam serviços? O seu exemplo é completamente desfasado, completamente errado e diz que os outros não percebem? Nós percebemos bem o que é que está aqui em causa. Mas quando este Parlamento está a legislar sobre as diversas matérias, não é fazer de conta que se está a legislar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque isto o que significa é que estamos a fazer de conta que se está a legislar,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: ... porque a verdade, ao criar esta exceção, os senhores destroem todas as regras, porque vão continuar a funcionar ginásios que não têm que aplicar nenhuma destas condições de segurança.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

O Orador: E isso é que os senhores não querem reconhecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rápido, que ainda estou à espera da resposta do Sr. Secretário, só para dar nota, e o PSD já disse aqui que, efetivamente, este tipo de diploma é importante e é necessário para os ginásios da nossa região, eu não quero que fique dúvida nenhuma em relação a isso. Mas o que nos parece é que está mal redigido, pelo menos nesta primeira parte. Mais um exemplo de que poderá haver uma má redação deste diploma na primeira parte é o facto de que, ainda neste ponto, no ponto n.º 3, que diz, “Excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades físicas desportivas que [por exemplo]: alínea b) Por vontade expressa dos praticantes desportivos de desportos federados sejam realizadas sem enquadramento técnico”, e bem, porque o treinador pode dizer, “Olha, vais ao ginásio, estás a praticar desporto federado, vais fazer isto”, mas, depois, na alínea f), já diz que todos podem fazer isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Então, não era preciso ter aqui essa parte, essa alínea b) a dizer que os atletas federados estão isentos desse enquadramento técnico.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não é dentro do ginásio!

O Orador: Se na alínea f) refere que sejam desenvolvidas sem enquadramento técnico por vontade expressa de todos os praticantes, então, um atleta federado também é considerado um praticante como outro qualquer.

Portanto, é mais um exemplo que esta parte do diploma poderá estar com má redação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para pedir uma interpelação de 15 minutos.

(Risos da Câmara)

Presidente: Eu percebi!

O Orador: Um intervalo!

Presidente: Um intervalo de 15 minutos. É regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos, regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 51 minutos.

(*) Texto não revisto pelo/a Orador/a.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Miguel António Moniz Costa

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes